

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Adriana Baldas Kutz Bertelli

**Recursos Retóricos para a Construção de Contexto em Um Editorial de Jornal
Um Enfoque Crítico da Linguística Sistêmico-Funcional**

Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem

São Paulo
2017

Adriana Baldas Kutz Bertelli

**Recursos Retóricos para a Construção de Contexto em Um Editorial de Jornal
Um Enfoque Crítico da Linguística Sistêmico-Funcional**

Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem.

Orientadora: Dra. Sumiko Nishitani Ikeda.

São Paulo
2017

Adriana Baldas Kutz Bertelli

**Recursos Retóricos para a Construção de Contexto em Um Editorial de Jornal
Um Enfoque Crítico da Linguística Sistêmico-Funcional**

Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Sumiko Nishitani Ikeda (Orientadora) – PUC-SP

Professora Doutora Maximina Maria Freire – PUC-SP

Professora Doutora Eliane Alves de Souza – SEE-SP

São Paulo, 29 de novembro de 2017.

*À minha família por todo o incentivo.
À minha mãe e ao meu marido, pelo grande amor.
Aos amigos pelo carinho.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal de Nível Superior) e à FUNDASP (Fundação São Paulo), pelo financiamento que proporcionou essa pesquisa de mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter dado a oportunidade de estar dentro da vida acadêmica, abrindo as portas para esse momento especial por meio de pessoas especiais que fizeram parte dessa empreitada educacional direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

À Professora Doutora Sumiko Nishitani Ikeda, pela orientação, pela troca de experiências e apoio incondicional em todo processo de elaboração dessa pesquisa.

Aos meus amigos Maria do Socorro, Laudelino e Gustavo pela agradável convivência e apoio mútuo.

Ao meu amado marido Sandro Marcos Bertelli por sempre apoiar meus ideais.

Aos meus pais, destacando minha querida e amada mãe, levada por Deus ainda no início desse mestrado, pela força e o acreditar que posso vencer obstáculos e ir em frente veio de sua grandeza, humildade e de seus bons exemplos.

Aos mestres do Programa do LAEL, PUC-SP, propagadores do conhecimento e incentivadores da pesquisa.

À Maria Lúcia, pela paciência com todos, sempre solícita e disposta a ajudar.

Às professoras doutoras que tão gentilmente aceitaram integrar a banca de arguição dessa dissertação e contribuíram para o enriquecimento desse trabalho.

*Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível que lhe deres:
Trouxeste a chave?
Carlos Drummond de Andrade*

RESUMO

O objetivo desta dissertação de mestrado é o exame crítico da função da língua na construção de contexto no processo persuasivo presente no editorial intitulado “O Quinto Centenário”, publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, em 24.04.2000. A pesquisa tem o apoio teórico-metodológico da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), que envolve a noção de avaliatividade (MARTIN, 2000, 2003), a avaliação ética, estética e de emoções – na construção de um “mundo textual” que contribui na construção de contexto. Tem sido aceito por estudiosos que tratam da língua e do texto (embora o fato já estivesse claro para os profissionais da retórica, por milênios) que a apresentação implícita de conteúdo pode facilitar a persuasão da audiência. A língua trabalha nos processos sociais, construindo ativamente o contexto, ao mesmo tempo em que ela é também sua expressão (LUKIN, 2013) e, nesse processo, os significados são influenciados pelo contexto cultural – *gênero* – e pelo contexto situacional – *registro* – em que são intercambiados (HALLIDAY, 1994, 2004). A língua é um modo de ação e não apenas uma expressão do pensamento no que se refere às relações entre texto, contexto e suas extensões (MALINOWSKI, 1935). Nessas questões, a pesquisa conta também com o apoio da Linguística Crítica (FOWLER, 1991), para a qual *qualquer* aspecto da estrutura linguística carrega significação ideológica. Para os sociólogos, o noticiário jornalístico é uma mercadoria no processo empresarial de fornecimento de formas de consciência. A pesquisa, de natureza crítica, responde às seguintes perguntas: (a) Que trabalho de “construção de contexto” faz o gênero editorial examinado? (b) Que papel exerce a construção de contexto no processo persuasivo que percorre o editorial? Os resultados mostram a construção de um contexto que se apoia no conhecimento do leitor, presente em seu *frame*, num processo de intersubjetividade, que o faz cúmplice das intenções do jornal. Assim, o editorial constrói um discurso que é coerente nesse “mundo textual” (DOWNING 2003), embora unilateral na subjacência do texto, feito pelo provedor da notícia em consonância com ideias de grupos controladores numa sociedade industrial-capitalista, porque o jornal é uma indústria com seus próprios interesses comerciais.

Palavras-chave: Editorial de jornal. Construção de contexto. Avaliatividade. Construção do mundo textual. Linguística Sistêmico-Funcional. Linguística Crítica.

ABSTRACT

The objective of this master's thesis is the critical examination of the role of language in the construction of context in the persuasive process present in the editorial entitled "O Quinto Centenário" (The Fifth Centenary), published in the newspaper *Folha de S.Paulo*, on 24.04.2000. The research has the theoretical-methodological support of Systemic-Functional Linguistics (SFL), which involves the notion of evaluation (MARTIN, 2000, 2003), the ethical, aesthetic and emotional evaluation – in the construction of a "textual world" that contributes to the context construction. Scholars, who deal with language and text (although the fact has been clear to rhetoric practitioners for millennia), have accepted it, that the implicit presentation of content may facilitate persuasion of the audience. Language works in social processes, actively constructing context, and, at the same time, it is its expression (LUKIN, 2013). In this process, meanings are influenced by the cultural context – genre – and by the situational context – register – in which they are exchanged (HALLIDAY, 1994, 2004). Language is a "way of action" and not just an "expression of thought" as it relates to the relationships between text, context and their extensions (MALINOWSKI, 1935). Relating to these questions, research also has the support of Critical Linguistics (FOWLER, 1991), for which any aspect of the linguistic structure carries ideological significance. For sociologists, journalistic news is a commodity in the business process of providing forms of consciousness. The research, of a critical nature, answers the following questions: (a) What "context-building" work does the editorial genre examined do? (B) What role does the construction of context play in the persuasive process that runs through the editorial? The results show the construction of a context that is based on the knowledge of the reader, present in its frame, in a process of intersubjectivity, which makes it complicit in the intentions of the newspaper. Thus, the editorial constructs a discourse that is coherent in this "textual world" (DOWNING 2003), although unilateral in the underlay of the text, made by the news provider in line with ideas of controlling groups in an industrial-capitalist society, because the newspaper is an industry with its own commercial interests.

Keywords: Newspaper editorial. Context construction. Appraisal. Construction of textual world. Systemic-Functional Linguistics. Critical Linguistics.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação Processos/Participantes/Circunstâncias	18
Quadro 2 – A metafunção interpessoal dar e pedir	22
Quadro 3 – A metafunção interpessoal	22
Quadro 4 – Modalidade	23
Quadro 5 – O sistema da avaliatividade.....	24
Quadro 6 – As subcategorias de engajamento heteroglóssico	25
Quadro 7 – As metarrelações.....	26
Quadro 8 – Estrutura Problema-Solução	31
Quadro 9 – Estágios genéricos segundo Hoey/Martin/Porta.....	31
Quadro 10 – Modos textuais	32
Quadro 11 – Teorias e categorias de análise.....	44
Quadro 12 – Análise da estrutura e da textura.....	47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
1.1 Linguística Sistêmico Funcional	16
1.1.1 <i>Metafunção Ideacional</i>	17
1.1.1.1 Processos Materiais.....	18
1.1.1.2 Processos Mentais	19
1.1.1.3 Processos Relacionais.....	19
1.1.1.4 Processos Verbais.....	19
1.1.1.5 Processos Comportamentais.....	20
1.1.1.6 Processos Existenciais	20
1.1.1.7 Circunstâncias	20
1.1.2 <i>Metafunção textual</i>	21
1.1.3 <i>Metafunção interpessoal</i>	21
1.2 Avaliatividade	23
1.2.1 <i>Metarrelações</i>	25
1.3 Construção de contexto	27
1.3.1 <i>A unidade de estrutura no texto em contexto</i>	29
1.3.2 <i>A unidade de textura no texto em contexto</i>	31
1.4 Persuasão	33
1.5 Linguística Crítica.....	34
1.5.1 <i>Ironia como linguagem da Crítica Social</i>	36
1.6 A legitimização do discurso.....	37
1.7 Mundo textual.....	38
1.8 Nominalização.....	42
1.9 Intersubjetividade	43
2 METODOLOGIA	45
2.1 Dados.....	45
2.2 Procedimentos de análise	46
3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	49
3.1 Análise de “O Quinto Centenário”	49
3.1.1 <i>Análise de Registro</i>	50

3.1.2 <i>Análise da estrutura de gênero de “O Quinto Centenário”</i>	51
3.1.2.1 Discussão da análise de gênero de “O Quinto Centenário”	53
3.1.3 <i>Análise da textura de “O Quinto Centenário”</i>	54
3.2 Discussão geral da análise de “O Quinto Centenário”	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	70

INTRODUÇÃO

Sou professora há 25 anos, lecionando, atualmente, para o Ensino Fundamental II e para a Educação de Jovens e Adultos na rede pública do Município do Estado de São Paulo. No desejo de entrar em contato com as novas perspectivas nos estudos da língua, frequentei o curso “O estudo funcional da gramática”, oferecido pela COGEAE, uma proposta para a educação continuada da PUC-SP. Foi, então, que tomei conhecimento, entre outros assuntos, da complexa relação entre língua e linguagem, entre texto e discurso. Que gênero poderia me iniciar em contato com essa problemática?

Em conversa com minha orientadora, decidimo-nos por examinar o gênero editorial pelas suas características que pareciam condizer com a minha procura. O editorial, segundo Fowler (1991), tem uma função simbólica importante, parecendo partilhar da “opinião” do jornal, ao sustentar implicitamente a asserção de que as demais seções, por contraste, sejam puros “fatos” ou “reportagens” (FOWLER, 1991, p. 208). Conforme o autor, o que distingue o editorial não é a oferta de valores e crenças, mas o emprego de estratégias textuais que salientam o ato de fala de oferta de valores e crenças. Na análise crítica desse ato de fala, conto com a noção de ironia, hoje considerada a forma mais efetiva da linguagem da dissensão social.

Entre muitas questões relevantes, que cercam a construção de um editorial, trago e examino, a noção de “contexto de situação”. O termo, segundo Lukin (2013), foi trazido para a linguística por Malinowski e tem um papel particular na teoria linguística de Halliday (1994, 2004), conhecida como Linguística Sistêmico-Funcional (LSF). Para Halliday, um texto é um produto e também um gerador de contexto social. Texto e contexto são relacionados pela *realização*, uma noção que Halliday (2003 [1976], p. 210) considera “provavelmente o mais difícil conceito unitário em linguística”.

Nesse sentido, central para a presente pesquisa é a implicação de ser a língua, como Malinowski (1935¹) afirmou, um “modo de ação” e não simplesmente uma “expressão do pensamento”. Em outras palavras, a língua trabalha nos processos sociais, construindo ativamente o contexto, do qual ela é também sua expressão. Em muitos casos, todo contexto é construído pela língua; isto é, muitos dos contextos

¹ Não nos foi possível localizar o texto do autor para citar a página onde ocorrem os termos entre aspas.

sociais nos quais o ser humano passa seu tempo são feitos por meio da língua, que atua, em geral, com outras formas de semiose. Essas situações não estão ligadas ao estabelecimento situacional material (HASAN, 2005 [1973]) – elas não fazem uso das circunstâncias físicas em que a língua é trocada ou consumida. O discurso da mídia cria contextos sociais desse tipo com implicações persuasivas.

Por outro lado, pelo menos desde Frege (1892), ficou claro para os estudiosos que tratam da língua e do texto (embora o fato já estivesse claro para os profissionais da retórica, por milênios) que a apresentação implícita de conteúdo pode facilitar a persuasão da audiência. A propósito, Downing (2003) explora o modo como se criam *mundos textuais* no discurso, analisando as escolhas linguísticas e as feições de contexto, que são cruciais na determinação das relações específicas entre produtor e audiência. O discurso em linhas gerais é “um esforço deliberado e conjunto por parte do produtor e do receptor para criar um ‘mundo’” dentro do qual as proposições apresentadas são coerentes e fazem sentido. Nesse processo, o receptor reconstrói o mundo projetado no discurso de acordo com seu próprio conhecimento cultural e pessoal a partir de pistas linguísticas do texto.

A atenção dada pelos linguistas e analistas do discurso ao estudo do discurso da mídia é uma prova da crença de que o jornalismo, e outras formas de discurso da mídia, tem certas consequências. Assim, vários sociólogos (BERNSTEIN, 1990; BOYD-BARRETT, 1998; HALL et al., 1978; HERMAN; CHOMSKY, 2002 [1988] apud LUKIN, 2013) afirmam que o jornalismo é um “provedor da consciência”.

O objetivo desta dissertação de mestrado é o exame crítico da função da língua na construção de contexto no processo persuasivo presente no editorial intitulado “O Quinto Centenário”, publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, em 24.04.2000. A pesquisa tem o apoio teórico-metodológico da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), que envolve a noção de avaliatividade (MARTIN, 2000, 2003), a avaliação ética, estética e de emoções e focaliza as escolhas lexicogramaticais que constroem aspectos do contexto, por meio dos quais os editoriais fazem seu trabalho de provedores de consciência. Para tanto, a pesquisa deve responder às seguintes perguntas: (a) Que trabalho de “construção de contexto” faz o gênero editorial examinado? (b) Que papel exerce a construção de contexto no processo persuasivo que percorre o editorial?

Esta dissertação de mestrado insere-se no projeto “Recursos para a realização da persuasão através da avaliação implícita”, inserido no grupo de pesquisa ACLISF (Análise Crítica e Linguística Sistêmico-Funcional), coordenados pela profa. Ikeda.

Outras pesquisas que abordaram a persuasão em editoriais e artigos de opinião são: Vieira (2015), Bolze (2016), Cantanhede (2016), Marchetti (2015), Teodoro-Silva (2013). A minha pesquisa contribui com um enfoque mais direcionado para a questão da construção linguística do contexto, por meio de um “mundo textual”, em que as reivindicações fazem sentido, graças a esse mundo construído.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO: Esta dissertação está assim estruturada: (a) Introdução; (b) Fundamentação Teórica, incluindo: Construção de contexto (HALLIDAY, 1994, 2003, 2004); Persuasão (KITIS; MILAPIDES, 1997; van DIJK, 1988; POGGI, 2005); Mundo textual (DOWNING, 2003; SEMINO, 1997; WERTH, 1999); Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994; 2004), Avaliatividade (MARTIN, 2000; 2003); e Linguística Crítica (FOWLER, 1991); (c) Metodologia, incluindo Dados e Procedimentos de Análise; Análise e Discussão dos Resultados; Considerações Finais; e Referências.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta as teorias que focalizam o exame crítico da função da língua na construção de contexto no processo persuasivo, envolvendo um editorial de jornal. Inicia-se com a proposta teórico-metodológica da Linguística Sistêmico-Funcional, incluindo a Linguística Crítica, seguidas das opiniões de vários autores sobre a construção de contexto, passando ao exame da persuasão, envolvendo as noções de mundo textual e de avaliatividade, que concorrem para o estabelecimento do contexto social de que se serve o discurso da mídia.

1.1 Linguística Sistêmico-Funcional

A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) é uma proposta teórico-metodológica de Halliday (1994, 2004) e seus colaboradores. Subjacente à LSF, existem quatro premissas maiores. O modelo estabelece que: o uso da língua é funcional; sua função é construir significados; os significados são influenciados pelo contexto social e cultural em que são intercambiados; e o processo de uso da língua é um processo semiótico, um processo de fazer significado por meio de escolhas.

Para classificar os tipos e significados que os atores sociais geram, a LSF concebe a língua como a expressão de três metafunções (significados) concorrentes: ideacional, interpessoal e textual. A metafunção ideacional representa os eventos das orações em termos de *fazer*, *sentir* (processamento simbólico) ou *ser*, por meio do sistema da *transitividade* (constituído de *processos*, *participantes* e *circunstâncias*); a metafunção interpessoal envolve as relações sociais com enfoque nos sistemas da *modalidade* (probabilidade e obrigatoriedade, entre outros) e da *avaliatividade* (avaliação ética, estética e de emoções) (MARTIN, 2000, 2003); a metafunção *textual* organiza os significados ideacionais e interpessoais de uma oração, trabalhando os significados advindos da ordem das palavras na oração.

A língua pode manipular esses três tipos de significados simultaneamente, porque possui um nível intermediário de codificação: a lexicogramática. É esse nível que possibilita à língua construir três significados concomitantes, e eles entram no texto através das orações mediante escolhas feitas no sistema linguístico. Daí porque Halliday dizer que a descrição gramatical é essencial à análise textual.

Importante para a LSF é a noção de escolhas: quando se faz uma escolha no sistema linguístico, o que se escreve ou o que se diz adquire significado contra um fundo em que se encontram as escolhas que poderiam ter sido feitas, mas que não o foram, fato importante na análise do discurso.

Outra noção imprescindível para a análise apoiada na LSF é a da relação entre língua e contexto. Os contextos que afetam a língua, para os systemicistas, são sociais: (a) *gênero* (contexto cultural) e *registro* (contexto situacional), além do contexto ideológico. O gênero representa os processos sociais em estágios orientados para uma finalidade de uma dada cultura, tais como a narrativa, uma (anedota caso ou caso), uma reportagem, um relato, um procedimento, etc., e, por isso, são em geral rotulados de contexto de cultura. O registro, por outro lado, refere-se ao contexto de situação (MARTIN, 1992), e é organizado por três variáveis contextuais, *campo* (assunto), *relações* (status dos interactantes) e *modo* (organização do texto). Essas três variáveis contextuais de registro são, por sua vez, organizadas pelas metafunções da linguagem (HALLIDAY, 1978).

A ideologia ocupa um nível superior de contexto, referindo-se a posições de poder, a vieses políticos e a suposições sobre valores, tendências e perspectivas que os interlocutores trazem para seus textos, e tem chamado a atenção dos systemicistas, na medida em que, em qualquer registro, em qualquer gênero, o uso da língua será sempre influenciado pela nossa posição ideológica. A análise dos aspectos ideológicos tem sido feita, dentre outros, pela Linguística Crítica (FOWLER, 1991).

É por essas razões que a LSF é descrita como "uma abordagem semântico-funcional da língua" (EGGINS, 2004, p. 20), uma teoria que procura entender como as pessoas usam a língua em diferentes contextos sociais, para fazer sentido do mundo e de cada um. Como Martin e White (2005, p. 7) explicam, "a LSF é um modelo multiperspectivo, designado a dar aos analistas lentes complementares para a interpretação da língua em uso". Em resumo, a LSF procura desenvolver uma teoria sobre a língua como um processo social e uma metodologia que permita uma descrição detalhada e sistemática dos padrões linguísticos.

1.1.1 Metafunção ideacional

A metafunção ideacional representa os eventos das orações em termos de

fazer, sentir (processamento simbólico) ou *ser*, por meio do sistema da transitividade, conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Relação Processos/Participantes/Circunstâncias

Processos	Participantes	Circunstâncias
MATERIAL	Maria COMPROU o livro para o filho Ator Meta Beneficiário Ele caminhou pelo sertão. Ator Extensão	na PUC.
COMPORTAMENTAL	O ferido GEMIA de agonia Comportante Comportamento	na maca.
MENTAL	Ele PENSAVA no destino da família. Experienciador Fenômeno	
EXISTENCIAL	A violência se FAZIA PRESENTE. Existente	no nordeste.
RELACIONAL	(a) Atributivo: Ele ERA um retirante. Portador Atributo (b) Identificativo: O retirante ERA o João. Identificado Identificador	
VERBAL	Ele FALOU para nós dos horrores da seca Dizente Receptor Verbiagem	

Fonte: Adaptado de Halliday (1994)

1.1.1.1 Processos Materiais

Os processos materiais são processos de *fazer*, ou seja, envolvem ações físicas e expressam a noção de que alguma entidade fez algo que pode atingir outra entidade. Os processos Materiais envolvem um Ator – que realiza a ação – mesmo se não mencionado na oração (THOMPSON, 1996, p. 78); e um participante chamado de Meta, o afetado pela ação do Ator.

Outros participantes que podem ocorrer com os processos materiais são: o Escopo, o Receptor e o Cliente (HALLIDAY; MATHIESSEN, 2004). O Escopo é uma entidade que existe de forma independente do processo, expressando a extensão de atuação do processo. Os participantes Receptor e Cliente ocorrem em contextos diversos e podem ser associados ao ‘objeto indireto’ da gramática tradicional. Ambos os participantes são distinções do participante Beneficiário, que Halliday, em estudos

mais recentes (HALLIDAY; MATHIESSEN, 2004), tratou de expandir.

1.1.1.2 Processos Mentais

Os processos mentais são os processos de sentir (Halliday, 1994, p. 112) e dizem respeito ao que ocorre no mundo interno da mente. Os participantes nesse tipo de processo são: o Experienciador, aquele em cuja mente o processo se realiza; e o Fenômeno, que é o elemento, fenômeno ou objeto realizado pelo processo.

1.1.1.3 Processos Relacionais

Os processos relacionais são os processos de *ser*, *estar* e *ter*. Tais processos estabelecem uma relação entre dois conceitos e a função do processo é somente sinalizar a existência da relação, ocorrendo sempre um só participante no 'mundo real'. Exemplos:

- (1) A garota está impaciente.
- (2) A vitória era sua meta.

O primeiro tipo de processo relacional (em 1) é chamado de processo Relacional atributivo e seus dois participantes são o Portador (a entidade que carrega o atributo) e o Atributo. Já o segundo tipo de processo mental (em 2) é chamado de processo Relacional identificador e sua função é identificar uma entidade em termos de outra, equivalendo a um sinal de igual (=). Devido a esta característica, não é de se estranhar que esses processos sejam reversíveis, o que não acontece com o tipo atributivo.

1.1.1.4 Processos Verbais

Os processos verbais são *processos de dizer* e estão na fronteira entre os materiais e os mentais: dizer uma coisa é uma ação física que reflete uma operação

mental (HALLIDAY, 1994). O processo verbal pode ser representado por verbos tipicamente materiais (e.g. Ele brigou e *esbravejou* com a mãe) ou a mensagem pode ser formulada inteiramente na mente (e.g. Por que agem assim? *pensou* Maria). O Dizente é o único participante obrigatório nos processos verbais. Outros participantes opcionais figuram com o processo verbal. São: o Receptor, para quem a mensagem é endereçada; o Alvo, a pessoa, objeto ou entidade que é atingida pelo processo (aquele de quem se fala); e a Verbiagem que consiste num rótulo para a própria linguagem.

1.1.1.5 Processos Comportamentais

Os processos comportamentais referem-se a atitudes fisiológicas humanas, e a principal razão da existência desta categoria é a necessidade de se diferenciar processos puramente mentais, daqueles que implicam sinais físicos (Suspirou [processo material] ao pensar [processo mental] na tragédia. O processo comportamental costuma apresentar apenas um participante: o Comportante, aquele que realiza o comportamento.

1.1.1.6 Processos Existenciais

Os processos existenciais expressam a mera existência de uma entidade sem predicá-la ou relacioná-la com qualquer outra coisa, ocorrendo tipicamente com os verbos “haver”, “existir” e “ter”, mas podem ocorrer com outros verbos, dependendo do contexto. Há somente um participante nesse processo: o Existente.

1.1.1.7 Circunstâncias

A função das circunstâncias é definir o contexto no qual uma proposição ocorre. Tais circunstâncias são realizadas por grupos adverbiais ou frases preposicionais (HALLIDAY, 1994). Dentre as circunstâncias que os pesquisadores identificam de comum acordo, nove são básicas: localização, extensão, modo (qualidade, meio e

comparação), causa (razão, motivo e benefício), contingência (condição e concessão), acompanhamento, papel, produto, assunto e ângulo.

1.1.2 Metafunção textual

Segundo Matthiessen (1995), as metafunções interpessoal e ideacional tratam de domínios de fenômenos que existem “fora” da língua – fenômenos de sistemas físicos, biológicos e sociais. Por meio da metafunção ideacional, podemos construir significados da nossa experiência oriunda de fenômenos físicos, biológicos e sociais; e por meio da metafunção interpessoal, podemos construir significados de papéis e relações sociais. A terceira metafunção, a textual, constrói os significados ideacionais e interpessoais, para que a informação possa ser compartilhada pelo falante e seu interlocutor, proporcionando os recursos para guiar a permuta dos significados no texto. Assim, as condições textuais, tais como, tematicidade, novidade, continuidade, contraste e recuperabilidade são designadas por sistemas textuais. Tema, foco informacional, elipse-substituição e referência fazem contribuições complementares, guiando os ouvintes no processo de construir sistemas instanciais a partir do texto.

Para Matthiessen, um sistema por escolhas é um sistema criado por opções no sistema lexicogramatical geral, conforme o texto se desenrola: a logogênese, que será retomada na noção de metarrelação. À luz da expansão da logogênese dos sistemas ideacionais por escolhas, diz o autor, podemos observar que, por meio do *tema*, a metafunção textual valoriza algum termo do sistema, como sendo o ponto atual de expansão ou crescimento.

1.1.3 Metafunção interpessoal

A oração, além de informar (metafunção ideacional), está organizada como um evento interativo (metafunção interpessoal), envolvendo falante (ou escritor) e audiência (ou leitor). A metafunção interpessoal responde pela organização da oração como um evento interativo, envolvendo produtor e receptor da mensagem. Os tipos interpessoais fundamentais de papel de fala são apenas dois para Halliday (1994): dar e pedir informação ou bens & serviços. Os tipos interpessoais se relacionam com

a natureza do produto permutado são denominados por Halliday: (a) *proposta* se se tratar de bens e serviços ou (b) *proposição* se se tratar de informação, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – A metafunção interpessoal dar e pedir

DAR	PEDIR	Produto
Informação		Proposição → (Informação)
São duas horas.	Quem você viu?	
Bens e Serviços		Proposta → (Bens & Serviços)
Deu-lhe tudo.	Me dá isso?	

Fonte: Adaptado de Halliday (1994)

A metafunção interpessoal vê a oração dividida em duas partes: *mood*² (envolvendo: *sujeito + finito*) e *resíduo*, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 - Metafunção Interpessoal

MOOD		RESÍDUO
Sujeito	Finito	
(a) João	precisa (<u>modalidade</u>)	estudar a lição
(b) João	-va (<u>tempo primário</u>)	estuda- a lição

Fonte: Adaptado de Halliday (1994)

- (a) O *mood* [com função na interação] estabelece relações entre papéis de: falante e ouvinte, por meio de verbos modais (e.g., “precisa”) ou adjuntos modais e também o tempo primário (e.g., “-va”) e a modalidade (conforme Quadro 4).
- (b) O resíduo consiste de elementos funcionais de três tipos: predicador, complemento e adjunto. Há apenas um predicador, um ou dois complementos e um número indefinido de adjuntos, segundo Halliday.

² “*Mood*” tem sido traduzido por “Modo” (com inicial maiúscula para distingui-la de “modo”, variável de Registro). Decidimo-nos por manter “*mood*”, para evitar a confusão que acaba acontecendo entre ambos em início de sentença.

Quadro 4 - Modalidade

MODALIDADE	
Modalização	<u>probabilidade</u> (epistêmica): <i>talvez</i>
	<u>frequência</u> : <i>geralmente, sempre</i>
Modulação	<u>obrigação</u> (deôntica): <i>deve, precisa</i>
	<u>desejabilidade</u> : <i>quero</i>

Fonte: Halliday (1994)

Com base nesse instrumento analítico, Li (2010) propõe um exame sistemático das relações de poder no texto bem como das motivações, propósitos, suposições e interesse dos produtores do texto. Com seu foco na seleção, categorização e ordenação do significado nas microestruturas no nível da oração mais do que no macro nível do discurso, explica Li, a LSF é especialmente útil para uma análise sistemática, com enfoque nos traços linguísticos no micronível dos textos do discurso, fornecendo intravisiões críticas na organização dos significados no texto. Assim, com o apoio do enquadre da LSF, Li examina as propriedades textuais no texto nos níveis da oração e da frase para explicar os significados sociais e ideológicos envolvidos em determinadas escolhas linguísticas e retóricas.

A seguir, apresento a noção de avaliatividade, uma contribuição de Martin (2000, 2003) e seus colaboradores, e que tem contribuído para aumentar o potencial analítico da metafunção interpessoal.

1.2 Avaliatividade

A produção de um texto escrito é um processo social porque representa uma interação entre escritor e leitor e também porque o texto representa um papel num determinado sistema social (HALLIDAY; HASAN, 1985). E posto que os sistemas sociais incorporam ideologias, o texto é escrito para ser entendido no contexto de uma determinada ideologia.

Não está ainda claro, diz Hunston (1993), em muitos trabalhos sobre ideologia no discurso, o modo como as entidades presentes no texto são avaliadas, isto é, que entidades são “boas” e quais são “más”. Assim, em termos bancários, “débito” é uma coisa má, mas na cobrança de um alto juro pelo banco, o “débito” é um criador de

dinheiro, portanto, desejável. Nesse caso, prefere-se usar um termo de avaliação positiva, *crédito*. Aqui vemos um sistema de valor ideológico em ação.

Quadro 5 - O sistema da Avaliatividade

Avaliatividade <i>(Appraisal)</i>	ENGAJAMENTO	Monoglóssico (Chove amanhã.)		
		Heteroglóssico (Talvez chova amanhã.)		
	ATITUDE	Afeto (Adorei o vestido.)		
		Julgamento (ético) (Ele é falso.)		
		Apreciação (estética) (O quadro é lindo.) Avaliação Social (O povo é sábio.)		
	GRADUAÇÃO	FORÇA	Aumenta (É muito belo.)	
			Diminui (Achei-o péssimo.)	
		FOCO	Aguça (Nos mínimos detalhes.)	
			Ameniza (Mais ou menos certo.)	

Fonte: Martin (2003)

O Quadro 5, mostra como a LSF mapeia os recursos usados para avaliar a experiência social (MARTIN, 2000; MARTIN; WHITE, 2005; WHITE, 2003), que foi denominada de avaliatividade (tradução de *appraisal*). Esses recursos podem se realizar através de várias estruturas gramaticais e lexicais. A análise da avaliatividade é um modo de capturar de maneira compreensiva e sistemática os padrões avaliativos globais que ocorrem num texto, conjunto de textos ou discursos institucionais. A avaliatividade envolve os subsistemas de ATITUDE (*afeto, julgamento ético, apreciação estética e avaliação social*), ENGAJAMENTO (*monoglossia e heteroglossia*) e GRADUAÇÃO (*força e foco*). O Quadro 5 apresenta o sistema da avaliatividade.

A avaliatividade permite não somente expressões de significado avaliativo explícito ou implícito (este é chamado de *token* de atitude), mas também explica os modos pelos quais padrões de significado avaliativo se acumulam dinamicamente através do texto, no que se chama de prosódia (LEMKE, 1998) ou ressonância (THOMPSON, 1998). A propósito, Coffin e O'Halloran (2006) lançam mão do *dog-whistle politics* [política do apito do cão], frase cunhada para capturar a forma de avaliação implícita, de tal forma que significados aparentemente neutros em termos avaliativos são “entendidos” como uma mensagem negativa pela comunidade alvo (MANNING, 2004 apud COFFIN; O'HALLORAN, 2006).

White (2003) chama atenção para enunciados aparentemente "factuais", mas que carregados interpessoalmente que entram na relação de tensão com conjuntos relacionados de alternativas e enunciados contraditórios. Segundo o autor, a diferença entre o enunciado (a) "Francis Bacon foi o autor de *The Tempest*" e (b) "Em minha opinião, Francis Bacon foi o autor de *The Tempest*" não é de "fato" versus "opinião", mas de grau em que o enunciado toma conhecimento do contexto intertextual ou dialógico (no sentido de Bakhtin) em que opera. Ele trata dos engajamentos monoglóssicos e heteroglóssicos:

Monoglóssico:	Francis Bacon foi o autor de <i>The Tempest</i> .
Heteroglóssico:	Eles dizem que Francis Bacon foi o autor de <i>The Tempest</i> . Talvez, Francis Bacon seja o autor de <i>The Tempest</i> . Parece que Francis Bacon foi o autor de <i>The Tempest</i> . Supreendentemente, FB não foi o autor de <i>The Tempest</i> .

O Quadro 6 apresenta as sub-categorias de engajamento heteroglóssico, segundo White (2003).

Quadro 6 - As sub-categorias de engajamento heteroglóssico

Expansão Dialógica	Contração Dialógica
<p>I. ACOLHE [aceite modalizado] e.g. <i>Talvez seja uma situação difícil.</i></p> <p>-----</p> <p>II. ATRIBUI [atribui a outro] (a) reconhecimento e.g. <i>Du afirmou que ...</i> (b) distanciamento e.g. <i>A VEJA afirmou ...</i></p> <p>-----</p> <p>III. JUSTIFICA [avaliação, recomendação] e.g. <i>Essa situação baseia-se em <u>dados questionáveis</u>.</i></p>	<p>I. PROCLAMA [tenta convencer] (a) acordo e.g. <i>É claro que a situação ...</i> (b) pronunciamento e.g. <i>Eu contestaria que ...</i> (c) endosso e.g. <i>Como Solis - um pesquisador de <u>renome</u> - afirmou...</i></p> <p>-----</p> <p>II. REJEITA: O mais contrátil. (a) negação e.g. <i>Novas leis <u>não</u> resolverão...</i> (b) oposição e.g. [...] <i>Mas nós já temos isso...</i></p>

Fonte: WHITE (2003)

1.2.1 **Metarrelações**

Embora seja muito difícil desenvolver uma metalinguagem para o que Butt (1988, 1991), chama de *padrões latentes* do significado textual o fato é importante se quisermos desenvolver um modelo textual adequado que leve em conta o posicionamento do leitor.

A percepção ética é o resultado de um conjunto de relações semânticas (ou metarrelações) com as que co-criam empatia. No caso de julgamento do correto ou do errado de um comportamento, vemos que as avaliações externas são cruciais. Avaliações externas estabelecem um centro alternativo de avaliação.

Os leitores, segundo Macken-Horarik (2003), então são sensíveis a síndromes ou complexos de significado atitudinal e aos modos como confirmam, opõem-se ou transformam escolhas de palavras em outros locais do texto. Essas configurações de escolhas avaliativas relevantes criam uma harmonia de significados que é um produto de uma combinação de escolhas não identificáveis com qualquer outra escolha, consideradas isoladamente.

Como veremos na análise da avaliatividade, as expressões de atitude evocadas [implícitas] e inscritas [explícitas] entram numa espécie de dança através do texto criando um espaço semântico mais amplo que, por si, se torna avaliativo. Outros perceberam esse fenômeno em estudos de avaliação.

Quadro 7 – As metarrelações

Metarrelação	Significado semântico
CONFIRMAÇÃO	Fase que cria equivalência com referência a fases anteriores por meio de escolhas semelhantes de Avaliatividade.
OPOSIÇÃO	Fase que cria oposição com referência a fases anteriores por meio de escolhas opostas de Avaliatividade.
TRANSFORMAÇÃO	Fase que cria mudança de significado com referência a fases anteriores por meio de mudança nas escolhas de Avaliatividade.
AVALIAÇÃO INTERNA	Fase que projeta a visão interna e sentimentos do personagem.
AVALIAÇÃO EXTERNA	Fase que verbaliza a visão e os sentimentos do personagem.

Fonte: Macken-Horarik, 2003.

A esse respeito – embora algumas partes do texto possam ser mais ou menos interpessoalmente salientes do que outras - precisamos ver todo o texto como aberto para e criativo de avaliação, seja ela implícita ou explícita.

1.3 Construção de contexto

O termo *contexto de situação* foi proposto por Malinowski (1935) e, mais tarde, denominado *registro* por Halliday (1994). Na LSF, é imprescindível a consideração da inter-relação entre língua e contexto. Os contextos que afetam a língua, para os systemicistas, são sociais: (a) *registro* (contexto situacional) e *gênero* (contexto cultural). Posteriormente, a LSF desenvolveu o contexto ideológico, pesquisado por Fowler (1991), dando início à Linguística Crítica, porta de entrada para a Linguística do Discurso Crítica.

A ideologia ocupa um nível superior de contexto, referindo-se a posições de poder, a vieses políticos e a suposições sobre valores, tendências e perspectivas que os interlocutores trazem para seus textos, e tem chamado a atenção dos systemicistas, na medida em que, em qualquer registro, em qualquer gênero, o uso da língua será sempre influenciado pela nossa posição ideológica.

Em muitos casos, todo contexto é construído pela língua; isto é, muitos dos contextos sociais nos quais o ser humano passa seu tempo são feitos inteiramente por meio do contexto, em geral em consorte com outras formas de semiose. O discurso da mídia cria contextos sociais desse tipo.

Que trabalho de construção de contexto fazem os textos da mídia? Um olhar mais atento dado pelos linguistas e analistas do discurso ao estudo do discurso para esse tipo de pesquisa é uma prova de que o jornalismo e outras formas de discurso da mídia têm consequências. Vários sociólogos (BERNSTEIN, 1990; BOYD-BARRETT, 1998; HALL et al., 1978; HERMAN; CHOMSKY, 2002 [1988] apud LUKIN, 2013) afirmam que o jornalismo é “provedor de consciência”.

Lukin (2013) mostra uma longa tradição de estudos linguísticos de jornais que tem procurado criticar o trabalho que o jornal faz como uma mercadoria simbólica, para afirmar que ela em geral favorece o interesse poderoso de uma dada comunidade. Como o jornal funciona como um provedor da consciência? O primeiro passo na direção para sua explicação repousa no fato de que a língua, para ser operacional, para ser uma mercadoria simbólica capaz de “manufaturar o consentimento” (HERMAN; CHOMSKY, 2002 [1988]), deve atualizar-se como texto. É a função textual que efetua o trabalho da construção-de-texto. Halliday (2007 [1975], p. 184) descreve a função textual como a função da língua “que torna a língua relevante” e “que faz a diferença entre língua que está no vácuo e a língua que é

operacional em um contexto de situação”. A função textual “traz vida para a língua; ou em outra metáfora, provê textura, e sem a textura não há texto” (HALLIDAY, 2003 [1976]).

O ato da construção de um texto é um ato de produção de coerência (HALLIDAY, 2003 [1976], p. 70). No contexto da produção do noticiário, esse ato de criação de coerência é unilateral, e é feito pelo provedor da notícia em prol dos consumidores³. No processo da criação de coerência, fazem-se escolhas sobre o que é relevante; as entidades e processos que serão verbalizados; o modo como se interrelacionam; os aspectos dos eventos que serão enfocados com relevância, e/ou tratados mais à sobra; e, importante, os eventos e explicações/ou enquadramento de evento que serão ignorados. Essas questões são evidentes em “O Quinto Centenário”, como mostrará a sua análise. Os textos do noticiário estabelecem também expectativas sobre a relevância de determinado assunto, e os princípios de continuidade que serão recrutados para criar a experiência – ou miragem? – de coerência acerca desses eventos dinâmicos e extraordinariamente complexos. Esse é, segundo Lukin (2013), o trabalho da construção de contexto de um noticiário, e a autora sugere que, para mostrar as particularidades de como os textos jornalísticos fazem esse trabalho, é preciso entrar em contato com a textura desses textos, um processo em que se comparam as minúcias de um texto.

Hasan (1989 [1985], p. 52) afirma que o “texto e contexto estão tão intimamente relacionados que nenhum dos conceitos pode ser enunciado sem o outro”. Na concepção de Halliday, eles estão relacionados por realização: o texto constrói o contexto de situação (registro), ao mesmo tempo em que esse contexto é “o primeiro elemento na formatação do discurso” (HASAN, 2009, p. 101).

Um texto é, então, um conjunto complexo: ele constrói um contexto de situação, em que as normas culturais e suposições estão em jogo, e abre uma janela no sistema linguístico, em que o texto requer unidade de dois tipos: “unidade de estrutura” e “unidade de textura” (HASAN 1989, p. 52). A unidade de estrutura refere-se à estrutura de gênero; a unidade de textura refere-se à coerência e à coesão. Ambas, estrutura e textura, estão sistematicamente relacionadas à configuração contextual, segundo

³ Este ponto não deve ser entendido que o processo de interpretação de um texto seja inteiramente passivo; mas que o consumidor do noticiário não participa da construção do texto. (HASAN, 1989 [1985]).

Hasan. O texto - estrutura e textura – é a expressão das dimensões relevantes de contexto, descrito em termos da natureza da atividade social (campo), interação entre participantes (relações) e os mecanismos de contato linguístico (modo) (HALLIDAY, 2002; HASAN, 2009). A seguir, apresento a unidade de estrutura.

1.3.1 A unidade de estrutura no texto em contexto

O gênero, contexto de cultura, descreve a influência das dimensões do contexto cultural sobre a língua. Dessa forma o texto não é utilizado somente para explorar as formas gramaticais isoladas, mas tem-se o objetivo de analisá-lo como uma dimensão textual-discursiva, uma concepção sócio-interacionista de linguagem centrada na interlocução.

Sobre o gênero, diz Bakhtin (2003, p. 261): "Todos os campos da comunicação humana se relacionam com a utilização da língua". "Cada campo elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, denominados gêneros do discurso" (BAKHTIN, 2003, p. 262) e, assim, gêneros do discurso são tipos relativamente estáveis de enunciados elaborados através de cada esfera de utilização da língua. Incluem desde o diálogo cotidiano até a exposição científica. Já dizia Vigner (1988, p. 33) "Reconhecer um gênero é poder regular sua leitura sobre um sistema de expectativa, inscrevê-la numa trajetória previsível, sendo que este reconhecimento opera a partir da apreensão de um certo número de sinais de abertura [...]".

Nesse contexto, Martin (1985, p. 25), de sua posição de sistemicista funcional, oferece, para a análise de gênero, uma definição que permite sua operacionalização: "gênero é uma atividade organizada em *estágios*, orientada para uma *finalidade* na qual os falantes se envolvem como membros de uma determinada cultura". Diz o autor que grande parte do choque cultural é de fato choque de gêneros. Menos tecnicamente (MARTIN, 1985, p. 248), ele diz que gêneros são como as coisas são feitas, quando a linguagem é usada para efetivá-las.

Tratando do texto dissertativo-argumentativo, Porta (2002) faz algumas observações, que julgo importantes para a análise do gênero editorial. Dissertar somente sobre uma questão, sem apresentar um problema e nem a argumentação em defesa de um ponto de vista, não constitui uma dissertação-argumentativa, diz ele. Certamente, o descrever a experiência desempenha um papel importante; o que não

pode é eliminar o problema enquanto tal.

Porta explica a relação entre persuasão e argumentação. A argumentação tem início, necessariamente, com um problema que exige uma solução. O estabelecimento da tese principal de uma determinada obra depende, portanto, da correlativa fixação do seu problema básico. Uma hipótese (proposta de solução do problema) é uma candidata a tese. A tese é uma solução ao problema e implica um optar em que outras alternativas são descartadas. Às vezes, há várias respostas igualmente pertinentes para a mesma pergunta. É aqui que os argumentos desempenham um papel essencial. O que legitima a opção por uma determinada tese são os argumentos.

Hoey (1994) exemplifica da seguinte forma a explicação de Porta. Diz Hoey: Se pegarmos as 4 sentenças em (1), verificaremos que a ordem em que as sentenças aparecem aqui parece mais natural do que outras:

- (1) Eu estava na função de sentinela.
Vi o inimigo se aproximando.
Abri fogo.
Venci o ataque inimigo.

Existem, na realidade, continua o autor, 24 sequências possíveis, mas é apenas uma que pode ser lida sem entonação especial e que faz sentido. Mas se a segunda sentença for lida com entonação parentética, a (2) também faz sentido; outras sequências parecem mais difíceis de serem aceitas.

- (2) Eu vi o inimigo se aproximando.
(Eu estava na função de sentinela).
Abri fogo.
Venci o ataque inimigo.

Mas não somente a sequência das sentenças, mas também a sua presença é importante. Nenhuma das quatro sentenças pode ser omitida (a menos que seja pressuposta) sem ameaçar a clareza do texto. O que isso sugere, explica Hoey, é que cada uma das quatro sentenças é essencial para a estrutura, que podemos, inicialmente, identificar como estrutura Problema-Solução, com os seguintes elementos:

SITUAÇÃO:	Eu estava de sentinela.
PROBLEMA:	Vi o inimigo se aproximando.
RESPOSTA:	Abri fogo.
AVALIAÇÃO:	Venci o ataque inimigo.

A estrutura Problema-Solução (HOEY, 1994), com base na definição de gênero – como sendo constituído de estágios e finalidades (MARTIN, 1984) – em que especifico esses estágios conforme a proposta de Porta (2002), é apresentada no Quadro 8. Essa estrutura será utilizada na minha análise do editorial⁴.

Quadro 8 - Estrutura Problema-Solução

Situação que aponta o Problema
Hipótese de Solução
Argumentação em prol da Solução proposta
Avaliação/Tese demonstrada

Fonte: Autora com base em Porta (2002) e Hoey (1994)

No Quadro 9, apresento os estágios e finalidades com exemplos.

Quadro 9 – Estágios genéricos segundo Hoey/Martin/Porta

EXEMPLOS	ESTÁGIOS E FINALIDADES
São Paulo enfrenta longo período de seca.	Situação
A água começa a faltar.	Problema
Devemos todos enfrentar a crise hídrica.	Hipótese de Solução
(a) o governo estadual deve procurar recursos; (b) o povo deve pensar em meios de captação de água; (c) cada um deve restringir o uso da água para o essencial.	Argumentos
A solução exige a contribuição de cada uma dessas áreas.	Tese/Avaliação

Fonte: Autora com base em Porta (2002) e Hoey (1994)

1.3.2 A unidade de textura no texto em contexto

Nesse contexto, Reynolds (2000), relaciona língua e gênero (gênero no sentido

⁴ Alguns esquemas de gênero foram propostos, desde então, tais como, os padrões: (a) *Problema-Solução* (com quatro estágios: Situação – Problema – Resposta – Avaliação) (HOEY, 1986, 1994); (b) *Hipotético-Real* (um fato comprova ou refuta uma hipótese) (THOMPSON, 2001); e (c) *Pergunta-Resposta* (argumentos pró ou contra uma pergunta) (HOEY, 1994).

bakhtiniano⁵), e afirma que se eles juntos fornecem a estrutura do discurso, então são eles que realizam a textura. Textura, isto é, é a instanciação no discurso de duas ordens virtuais de estrutura, ou seja, a estrutura linguística e a estrutura genérica (REYNOLDS, 1997). Textura é um conceito funcional que inclui a coesão descrita pelos linguistas sistêmico-funcionais, tais como Halliday e Hasan (1976, 1989) e Martin (1992), mas também, e mais importante, a coerência que eles tendem a explicar. Textura é o resultado da mistura de modos textuais, que juntos abrangem o discurso e correspondem a funções para as quais precisamos da língua e a usamos. Para usar uma metáfora, tecemos fato e opinião juntos no discurso: daí a textura.

Reynolds (2000) busca mostrar como a textura do discurso é criada por meio da mistura de “modos textuais”⁶ (REYNOLDS, 2000, p. 25), no contexto de um gênero específico – o editorial de jornal. Primeiramente deve ser dito, alerta o autor, que “gênero” está sendo usado num amplo sentido bakhtiniano – que é, não no conceito literário, mas como um conceito que se aplica a todo discurso como seu princípio, como “uma forma de ação social” (MILLER, 1984), ou melhor, como ação sócioretórica. O gênero gera, isto é, motiva e formata socialmente o discurso e a participação discursiva de fora, enquanto a língua na qual um discurso ocorre restringe e capacita a expressão, como se fosse, de dentro.

Há três modos textuais representacionais, interpessoais e um metadiscursivo. No caso do editorial de jornal, o foco está nos modos representacionais.

Quadro 10 - Modos Textuais

Modos representacionais			Modos interpessoais			Modo metadiscursivo
NARRATIVO	DESCRITIVO	ARGUMENTATIVO	DIRETIVO	INTENCIONAL	FÁTICO	REFLEXIVO
estórias	como as coisas são	opiniões, crenças, persuasão	como, quando, onde fazer	planos, intenção, compromisso	estab. contato	coment.s/discurs o, s/usuários

Fonte: Adaptado de Reynolds (2000)

Os termos “narrativo” e “argumentativo” não são “gêneros” por si, mas descritores dos modos textuais que se combinam para formar gêneros. A combinação

⁵ Segundo Bakhtin (1997 [1952-1953]), gêneros do discurso são tipos relativamente estáveis de enunciados elaborados por cada esfera de utilização da língua. Incluem desde o diálogo cotidiano até a exposição científica.

⁶ Também chamado de “tipos textuais” (MARCUSCHI, 2002).

de modos textuais não é, contudo, um assunto aleatório. Em gêneros específicos, como resultado da “exigência”, ou motivo social (MILLER, 1984) da ação retórica que está sendo praticada, um ou outro modo será predominante, e.g. narrativo para contar uma brincadeira ou um “causo”, e argumento em artigos acadêmicos ou discurso judiciário. Reynolds (2000) alega que todo discurso toma uma forma genérica particular que é realizada como alguma combinação de modos textuais.

No gênero editorial, diz o autor, o modo textual é predominantemente um modo argumentativo fundido com a narrativa e a descrição. A razão para tal fusão deriva da necessidade de apoiar o argumento com evidência. Isso porque a natureza da verdade das afirmações expressas no discurso deve passar pelo seguinte teste: a verdade é verificável literalmente ou não? Se a resposta é “sim”, então é narrativa ou descrição; se “não”, é um argumento. Por outro lado, a fusão dos modos textuais, extremamente comum por meio de fusão linear ou escalada surge, especialmente em editoriais.

Em termo dos modos textuais, a função de um editorial é comentar, via modo argumentativo, os eventos correntes, expressos através dos modos narrativos e descritivos. O objetivo do editorial é persuadir o leitor sobre o ponto de vista do jornal a respeito de uma dada questão, munindo-o (o consumidor) de preconceitos, e assim contribuir para manter o hábito do leitor. É nesse ponto que a ideologia entra no editorial (LI, 2010; FOWLER, 1991), na medida em que como parte de suas funções está em atingir e confirmar os interesses dos leitores, preocupações e pontos de vista.

1.4 Persuasão

A Análise crítica do discurso político, segundo Crespo-Fernández (2013), estuda criticamente o uso estratégico de padrões linguísticos ou palavras-chave para atingir metas políticas específicas. Em Van Dijk (1997, p. 11), essa abordagem “trata especificamente da reprodução do poder político, abuso político ou dominação por meio do discurso político”. O discurso político pode assim ser uma forma de ação política que faz o trabalho ideológico, exerce controle social e legitima o poder no contexto sociopolítico. Portanto, a língua é capaz de exercer um impacto sobre o modo como os fenômenos sociais e políticos são percebidos e nas reações das pessoas a esses fenômenos.

A esse respeito, como afirmou Van Dijk (1993, p. 259), “se falantes ou grupos poderosos age ou, por outro lado, “exibem” seu poder no discurso, precisamos saber exatamente como isso é feito. E se eles, assim, podem persuadir e influenciar seu auditório, devemos querer saber que estruturas e estratégias estão envolvidas nesse processo”.

Crespo-Fernández (2013) apoia-se na teoria da avaliatividade, um desenvolvimento do enquadre de Halliday (1994), referente à linguagem da avaliação, atitude e emoção usadas para expressar (e reagir a) a visão pessoal e posições ideológicas. Mais precisamente, como Martin e White (2005, p.1) explicam, “refere-se ao modo como escritores/falantes aprovam ou desaprovam, aplaudem ou criticam, e o modo como eles avaliam seus leitores/ouvintes”.

Dentre os três domínios da avaliatividade (atitude, graduação e engajamento), a persuasão pode ser estudada satisfatoriamente se considerarmos atitude e graduação, mais precisamente, atitude como julgamento (referente às atitudes das pessoas e seu comportamento) e graduação como força (referente ao grau intensidade ou quantidade).

Latour e Woolgar (1979, p. 240) afirmam que “o resultado de uma persuasão retórica é que os participantes devem ser convencidos de que não foram convencidos”. Segue-se que a persuasão tende a ser altamente implícita e a evitar a linguagem atitudinal normalmente associada ao significado interpessoal, dependendo em grande parte, por exemplo, do sistema de valores compartilhados. Martin (2003, p. 173) alerta, então, para o fato de que “o apego a categorias explícitas significa perder-se uma grande porção do significado atitudinal implicada pelos textos”.

1.5 Linguística Crítica

A Linguística Crítica é uma abordagem que foi elaborada e incrementada por um grupo da Universidade de East Anglia na década de 1970 (FOWLER et al., 1979; KRESS; HODGE, 1979). Esse grupo procurou unir um método de análise linguística textual com uma teoria social da linguagem em processos políticos e ideológicos, recorrendo à Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday (1978, 1985).

Mais tarde, os linguistas críticos fizeram sua própria crítica do trabalho anterior (KRESS, 1989; FOWLER, 1988), e alguns membros do grupo envolveram-se muito

com o desenvolvimento de uma abordagem um pouco diferente (HODGE; KRESS, 1988), que denominam semiótica social. Em oposição à linguística crítica, há preocupação com uma variedade de sistemas semióticos, como a linguagem, e com a inter-relação entre linguagem e semiose visual. Os processos discursivos de produção e interpretação textual tornaram-se uma preocupação central, e há mais atenção explícita ao desenvolvimento de uma teoria social do discurso, que se centra em uma tentativa de desenvolver uma teoria do gênero de discurso.

A posição padrão dos estudiosos da mídia considera o jornal como sendo um construto que deve ser entendido em termos sociais e semióticos. Todos reconhecem a importância da língua nesse processo de construção, mas na prática, segundo Fowler, a língua recebe um tratamento relativamente pequeno. Por isso, é seu objetivo dar à língua a devida importância, não somente como um instrumento de análise, mas também como um modo de expressar uma teoria geral da representação.

O ponto teórico principal na análise de Fowler é de que qualquer aspecto da estrutura linguística carrega significação ideológica - seleção lexical, opção sintática, etc. – todos têm sua razão de ser. Há sempre modos diferentes de dizer a mesma coisa, e esses modos não são alternativas acidentais. Diferenças em expressão trazem distinções ideológicas (e assim diferenças de representação).

Sabe-se que a linguística, segundo a ortodoxia predominante, é uma disciplina descritiva, que não prescreve o uso da língua nem avalia negativamente a substância de seus questionamentos. Mas, para Fowler, na medida em que há, sempre, valores implicados no uso da língua, deve ser justificável praticar um tipo de linguística direcionada para a compreensão de tais valores. Esse é o ramo que se tornou conhecido como Linguística Crítica.

A análise crítica está interessada no questionamento das relações entre signo, significado e o contexto sócio-histórico, que governam a estrutura semiótica do discurso, usando um tipo de análise linguística. Ela procura, estudando detalhes da estrutura linguística à luz da situação social e histórica de um texto, trazer para o nível da consciência os padrões de crenças e valores que estão codificados na língua – e que estão subjacentes à notícia, para quem aceita o discurso como natural. Não é um procedimento que automaticamente produz uma interpretação objetiva.

1.5.1 *Ironia como linguagem da crítica social*

Alguns linguistas observaram que a crítica social é em geral articulada por meios muito semelhantes à linguagem dominante, diz El Refaie (2005). O estudo da antilinguagem, de Halliday (1978), por exemplo, que se originou de grupos socialmente excluídos, tal como o submundo do crime, revela notável continuidade entre essas antilinguagens e a linguagem da maioria, já que são partes do mesmo sistema social.

Daí a dificuldade fundamental de se achar uma nova linguagem para expressar a dissensão social. É aqui que a ironia se faz presente. O que dá à ironia seu potencial subversivo é o fato de que, enquanto um comentário irônico pode também estar intimamente relacionado a formas dominantes de falar sobre algum evento, ele simultaneamente vai além e subverte as próprias atitudes e opiniões que cita. De um modo, a ironia pode encorajar os leitores a se conscientizarem e avaliarem o que seria, de outro modo, aceitarem sem questionamento. Assim, essa consciência não precisa inventar uma linguagem de dissensão completamente nova.

Por seu lado, (Bruck, 1989, apud EL REFAIE, 2005) acredita que alguns gêneros ofereçam mais abertura para discursos alternativos do que outros. Nos dados de El Refaie (2005), a ironia em comentários é mais comum do que em noticiários. Isso tem a ver com o fato de o noticiário ser visto como objetivo e, assim, a ironia, que introduz julgamento de valor, não é esperada nessas notícias *hard*. Por contraste, editoriais e artigos de opinião devem expressar uma opinião. Eles são mais explícitos em afirmar o *animador* do texto, o que permite a manipulação de vários níveis de autoria do texto, fato que pode encorajar uma leitura irônica.

O reconhecimento e a interpretação de um enunciado irônico pelos leitores são influenciados pelas suas expectativas face ao produtor de texto (KATZ, 1996, apud EL REFAIE, 2005). Essas expectativas parecem relacionar-se não apenas com o gênero de um texto, mas também com o viés político do jornal e a afiliação do jornalista.

Esse reconhecimento, contudo, nem sempre depende de pistas sistemáticas. Em alguns casos, é a colocação inesperada de uma afirmação que a revela irônica (BOOTH, 1974). Nesses casos, o significado irônico surge da tensão entre o que constitui um vão esperado e os itens que o preenchem (CLIFT, 1999). Essa descrição de disparate entre vão e item na ironia é também adequada para as representações

com elementos tornados salientes através da incongruência (KRESS; VAN LEEUWN, 1996: 108; SCOTT, 2004, p. 35 apud EL REFAIE, 2005). Conseqüentemente, a interpretação da ironia está também intimamente ligada a expectativas de forma, ordem e registro implicados pelo gênero de um texto.

A seguir, apresento algumas noções que contribuem para criar a persuasão no editorial, quais sejam: legitimização, mundo textual, nominalização e intersubjetivismo.

1.6 A legitimização no discurso

Reyes (2011) explica que do latim *legitimus* (legal), a palavra “legitimização” relaciona-se com *lex/legis* (lei, acordo). Hoje, a palavra é também usada fora do jargão legal e em geral envolve a semântica de “justificação”. Em teoria e origem, “legitimização” (doravante, LEG) significa tornar algo legal ou legalizado. Assim, a LEG refere-se ao processo pelo qual os falantes dão crédito ou licenciam um tipo de comportamento social (mental ou físico). O processo de LEG atua por meio de argumentos que explicam as ações, ideias, pensamentos, declarações, etc. sociais. Além disso, a LEG relaciona-se a um objetivo, que, na maioria dos casos, é a procura de apoio e de aprovação do interlocutor, podendo ter diferentes motivos: obtenção ou manutenção do poder, alcance de aceitação social, aumento de relações na comunidade, popularidade ou fama, etc.

Para tratar da relação entre práticas sociais e discurso, Reyes enfoca as escolhas linguísticas usadas na mensagem. Ele aplica os instrumentos metodológicos da Gramática Sistêmico-Funcional (GSF) para analisar as representações linguísticas da LEG no discurso. Ele apresenta as seguintes LEGs:

1. A LEG através de emoções – O apelo às emoções permite aos atores sociais enviar a opinião de seu interlocutor ou audiência sobre um determinado assunto. A representação negativa de atores sociais permite aos falantes criar dois lados de uma estória/evento, em que o falante e a audiência estão no “grupo-nós” e os atores sociais descritos negativamente constituem o “grupo-eles”.

2. A LEG através de futuro hipotético – Colocar uma ameaça no futuro que requeira uma ação iminente no presente é outra estratégia expressa no discurso político

(DUNMIRE, 2007). Os atores políticos exercem seu poder falando do futuro com o emprego de escolhas e estruturas linguísticas específicas, tais como sentenças condicionais do tipo: “Se você fosse (prótase) → eu iria [apódose]”, sendo a ordem da prótase e da apódose intercambiáveis como em: “este perigo só crescerá se ... a Al-Qaeda puder operar com impunidade” (OBAMA, 01/12/09).

3. A LEG através de racionalidade hipotética – A LEG é colocada em prática quando os atores políticos apresentam o processo da LEG como um processo em que as decisões seriam resultado de um procedimento examinado, avaliado e pensado. Essa estratégia de LEG é articulada linguisticamente por orações como “Após consultas com nossos aliados” (OBAMA, 1/12/09), ou verbos denotando processos mentais e verbais (THOMPSON, 2004) como “explorar” e “consultar”.

4. LEG através das vozes de experts – As vozes de *experts* são colocadas no discurso para mostrar à audiência que especialistas em determinados campos estão apoiando as propostas políticas com suas sábias declarações. Essa LEG refere-se à “autorização” (VAN LEEUWEN, 2007) que o falante traz para o contexto imediato da fala corrente para fortalecer sua posição.

5. A LEG através do Altruísmo – Os falantes públicos, em particular, e atores sociais, em geral, garantem que suas propostas não representam interesses pessoais. Eles se apresentam, por exemplo, como estando a serviço dos eleitores, assim legitimizando as propostas como um bem comum que melhorarão as condições de uma dada comunidade.

As cinco estratégias de legitimação aqui apresentadas são efetivas porque compartilhamos, como uma sociedade, certos valores e visões de mundo. Alguns autores referem-se a essa construção de significado simplesmente como “crenças compartilhadas” (BEASLEY, 2004, apud REYES, 2011).

A seguir, apresento a noção de *mundo textual*, que contribui para a função persuasiva nas minhas análises.

1.7 Mundo textual

Qualquer discurso é “generoso no jogo com o código” (COOK, 1992, p. 277 apud DOWNING, 2003). Isso pode ser visto em diferentes níveis da análise linguística,

desde a grafologia e a fonologia até o léxico, sintaxe e retórica textual, criando padrões discursivos idiossincráticos.

Assim, elipse, pressuposição e conhecimento partilhado contribuem para criar um tom de conversa, estabelecendo a relação entre as personagens do mundo fictício e o receptor, baseado na suposição de que há quantidade suficiente de conhecimento partilhado para determinar o sentimento de proximidade, confiança, informalidade e intimidade. O que não é dito é que é importante, pois reflete o que as pessoas tomam por aceito, já que a propaganda joga com referências intertextuais.

Downing (2003) explora o modo como se criam *mundos textuais* no discurso da propaganda, analisando as *escolhas linguísticas* e as *feições de contexto*, que são cruciais na determinação das relações específicas entre produtor e audiência, em particular, o conhecimento da dêixis e do *frame* (conhecimento de mundo). Argumenta-se que o modelo do mundo textual é adequado para a descrição do modo como o discurso é processado, de modo ativo, dinâmico e dependente-de-contexto. Nesse processo, o receptor reconstrói o mundo projetado no discurso de acordo com seu próprio conhecimento cultural e pessoal a partir de pistas linguísticas e visuais da propaganda.

A noção de escolha linguística é crucial na linguística funcional (HALLIDAY, 1994): escolhas feitas no discurso em diferentes níveis linguísticos [léxico, morfologia, sintaxe, fonologia] são significativos e determinam a criação de diferentes significados. Esses diferentes significados são processados contextualmente e a adequação de uma dada mensagem dependerá da relação entre as escolhas linguísticas e as feições de contexto imediato, que inclui as seguintes informações: (a) o contexto físico; (b) o conhecimento de mundo que o participante traz para a interação; (c) a língua; e o contexto sociocultural.

A teoria de mundo textual tal como desenvolvida traz consigo noções derivadas da tradição da linguística textual e noções de teorias mais recentes como a metáfora e espaços mentais (SEMINO, 1997; WERTH, 1999 apud DOWNING, 2003). Essas teorias partilham uma visão de processamento de texto como um evento dinâmico em que tanto o autor quanto o leitor desempenham papéis ativos; nessa perspectiva, a negociação é um elemento crucial de interação, já que antecipa e determina a natureza do discurso que se desenrola. O discurso em linhas gerais é “um esforço deliberado e conjunto por parte do produtor e do receptor para criar um “mundo” dentro do qual as proposições apresentadas são coerentes e fazem sentido. Essa visão é

adequada para entender o modo como os receptores de propaganda constroem versões de mundos fictícios representados na propaganda, e como esses mundos são relacionados aos mundos reais e da fantasia dos receptores.

A natureza cognitiva da noção de mundo textual é apresentada também por Semino (1997) que a defende assim: Quando lemos, inferimos ativamente um mundo textual “atrás” do texto. Por mundo textual, o autor se refere ao contexto, ao cenário ou tipo de realidade que, evocado em nossas mentes durante a leitura, e que é referido pelo texto. O mundo textual não é uma entidade fixa que é percebida da mesma maneira pelos leitores; de fato, nem há garantia de que os receptores construirão o mundo textual pretendido pelo produtor.

Segundo Werth (1995), o mundo textual é em primeiro lugar definido pelos termos dêiticos e então é preenchido pelos *frames* de conhecimento. Além disso, a construção de mundo envolve também proposições com predicados de diferentes tipos e a ativação dos *frames* de conhecimento.

O dêitico é definido como “a gramaticalização e lexicalização de informação referencial que é processada contextualmente”. A função do dêitico (*aqui, hoje*) não tem somente função ideacional (*Aqui está o livro*). Na propaganda, a dêixis é muito usada para criar um espaço comum entre produtor e receptor em que a dêixis se refere “ao lugar em que o receptor é convidado a entrar”. Assim, a tradicional distinção entre dêiticos proximal e distal deve agora incluir uma terceira “onde os participantes se encontram”.

A mudança no uso de termos dêiticos, de proximal a distal ou vice-versa, deve indicar mudança nos domínios espaço-temporal ou do modo narrativo em outro modo. A escolha de um dêitico específico (e não um outro) fornece pistas a respeito da relação estabelecida entre a voz do texto da propaganda e o público-foco. Finalmente, o fato de os termos dêiticos terem dois componentes de significado, um básico e fixo e outro pragmático, variável, determinado contextualmente, tornam-no possível usá-los para a criação de significados múltiplos: Em estou aqui, “aqui” pode ter vários significados: *aqui* = na classe; em São Paulo, na Terra, e assim por diante.

O *frame* de conhecimento é definido como a “estrutura cognitiva de suposições culturalmente determinadas e expectativas desenvolvidas a partir de experiências passadas em situações semelhantes”. O *frame* evoca o conhecimento pessoal e cultural relevantes para a coerência de um texto. O papel do *frame* é crucial no processamento da informação do texto porque permite a introdução de elementos

default, isto é, a informação que se conforma a padrões já existentes e que são apresentados como dados.

Apesar de suas raízes estarem na filosofia e na psicologia, a teoria do *frame* está em geral associada ao trabalho de Minsky na inteligência artificial (IA). Em sua pesquisa, Minsky toma a noção introduzida pelo psicólogo Bartlett em 1932: “[...] o passado opera mais como uma massa organizada do que um grupo de elementos cada um dos quais retém um caráter específico.” (BARTLETT, 1932, p. 197). Sendo um pesquisador da IA, Minsky é, contudo, o primeiro a preocupar-se com a questão de como equipar computadores com o conhecimento de mundo que precisam para realizar certas tarefas impossíveis de outra maneira. Mas ele também afirma estar interessado em “uma teoria do pensamento humano” (MINSKY, 1975, p. 215 apud Bednarek, 2005), e sua definição de *frame* é hoje muito conhecida e referência sempre citada em linguística:

"Aqui está a essência da teoria de frame: Quando encontramos uma situação nova [...], selecionamos na memória uma estrutura chamada frame. Esta é uma estrutura lembrada para ser adaptada para ajustar à realidade através de mudanças de detalhes se necessário. Um frame é uma estrutura-de-dados para representar uma situação estereotipada como estar numa certa sala ou indo para uma festa de criança. Ligados a cada frame há muitos tipos de informações. [...] Alguns são sobre o que se pode esperar que aconteça a seguir” (MINSKY, 1977, p. 355).

De acordo com Minsky (1975), p. 215 apud Bednarek, 2005, um *frame* pode ser considerado uma representação mental do nosso conhecimento de mundo, uma estrutura de dados que está localizada na memória humana e pode ser selecionada ou recuperada quando necessária. Um *frame* é considerado uma estrutura: é “uma rede de nós e relações” (MINSKY, 1977, p. 355) que parece estar estruturada em diferentes níveis. Há os níveis fixos de topo, que possuem muitos terminais, “‘buracos’ que precisam ser preenchidos por instâncias específicas de dados” (MINSKY, 1977, p. 355). Essas instâncias específicas, ou escolhas, podem ser sub-*frames* menores, e geralmente precisam preencher certas condições dadas pelos terminais por meio do que Minsky chama de marcadores.

1.8 Nominalização

Para uma dada configuração semântica, diz Halliday (1994), haverá, uma realização, na lexicogramática, que será considerada *congruente* e outra, não-congruente ou *metafórica*. O autor trata do que chama de “metáfora gramatical ideacional”, a nominalização de verbos e adjetivos, processo pelo qual padrões oracionais (por exemplo: *o álcool destrói*) são substituídos por sintagmas nominais – ou “grupos nominais”, segundo a Linguística Sistêmico-Funcional (por exemplo: *destruição pelo álcool*).

A nominalização traz consigo algumas consequências para o discurso. Assim, pode ocorrer perda de informações como as indicações de modo e de tempo, ou ainda do sujeito do verbo, com a consequente despersonalização da oração. Essa escamoteação do sujeito, segundo Fowler (1991), pode contribuir no processo persuasivo. Há também a possibilidade de o nome resultante (no caso: *destruição*) ter a ele atribuído um adjunto adnominal (como em: *total destruição*), recurso que é, segundo Fowler, o modo persuasivo mais adequado para a introdução de uma avaliação com vistas à sua aceitação pelo leitor. Por outro lado, como demonstrou Figueiredo (2006), o nome resultante da nominalização pode, assim, integrar o Tema (o chamado sujeito psicológico) de uma oração, possibilitando ao autor selecionar e focalizar o elemento que deseja na oração, para assim guiar a interpretação do leitor. Além disso, o uso da Nominalização em lugar do verbo tem o efeito de distanciar o escritor do leitor, permitindo-lhe posicionar-se como especialista do assunto e, desse modo, tomar as rédeas na argumentação corrente (FOWLER, 1991).

A nominalização é o recurso mais poderoso para criar metáfora gramatical, diz Halliday (1994). Por esse instrumento, *Processos* (congruentemente expressos como verbos) e *propriedades* (congruentemente expressos como adjetivos) são expressos metaforicamente por nomes. Em vez de funcionar na oração, como processo ou atributo, funcionam como *coisa* no grupo nominal. Veja exemplos (1) e (2):

Forma metafórica: (1) *Não tive os benefícios da sua **experiência**.*

Forma congruente: (2) *Infelizmente, não experienciei tanto quanto você.*

A nominalização exerce as seguintes funções discursivas:

- (i) proporciona abstração teórica e, assim, o distanciamento do escritor em relação ao leitor, com vistas a se posicionar como especialista do assunto e, desse modo, poder tomar as rédeas na argumentação corrente;
- (ii) a nominalização do verbo em nome escamoteia os participantes e as características do processo: tempo, modo);
- (iii) (ii) e (iii) tornam o texto complexo, fato que coloca o autor numa posição de “expert” e relega o leitor a uma posição de leigo.
- (iv) permite acrescentar ao substantivo resultante atributos, em forma de termos ou de oração adjetiva (expande o grupo nominal e aumenta a densidade lexical);
- (v) aumenta o nível de complexidade gramatical (condensa orações);
- (vi) graças à normalização, o substantivo agora pode ocupar o lugar de Tema da oração, orientando a interpretação do leitor (FIGUEIREDO, 2006);
- (vii) como Tema, contribui para organizar retoricamente o texto, não em torno de participantes, mas em torno de ideais, razões e causas.

1.9 Intersubjetividade

Kärkkäinen (2006) afirma que a atitude no discurso não é a apresentação linguística transparente de estados internos de conhecimento, mas emerge da interação dialógica entre interlocutores. Assim, a atitude é mais apropriadamente vista de um ponto intersubjetivo, e não considerada primordialmente como uma dimensão subjetiva da linguagem.

A autora procura demonstrar que o posicionamento atitudinal/avaliativo no discurso emerge da interação dialógica entre interlocutores, afastando-se da ideia de que ele possa ser considerado uma apresentação linguística transparente de estados internos de conhecimento. Dessa forma, a atitude é mais apropriadamente compreendida do ponto de vista da intersubjetividade do que como uma dimensão subjetiva da linguagem.

A subjetividade, então, refere-se ao fenômeno que o falante com suas atitudes ou crenças faz-se presente nos enunciados que produz. Em outras palavras, em vez de simplesmente descrever um evento ou apresentar uma declaração objetiva de algum evento ou estado de coisas, o falante representa um evento ou estado de coisas

a partir de uma perspectiva específica.

Quando a perspectiva avaliativa - afetiva ou epistêmica - do falante se reflete em suas escolhas linguísticas, estamos falando da função expressiva, emotiva, afetiva ou atitudinal da linguagem, em oposição à função referencial, cognitiva ou descritiva. As pesquisas estão começando a mostrar que não somente as categorias gramaticais, como: termos dêiticos, modo, modalidade, tempo verbal e evidenciais, são índices do ponto de vista ou atitude do falante, mas também que o nosso uso da linguagem diária é inerentemente subjetivo, em muitos, senão na maioria, dos casos.

Kärkkäinen (2006) considera uma visão de avaliação mais dialógica, dinâmica e emergente – considerando-a mais como uma característica da língua **intersubjetiva** do que subjetiva. Ela se baseia no trabalho de Du Bois (2000, 2002, 2004) que advoga a noção de avaliação envolvendo não somente a dimensão subjetiva, mas também o compromisso intersubjetivo com outras subjetividades: "sem a intersubjetividade, a subjetividade é inarticulada, incoerente, disforme" (Du BOIS, 2004). Hunston e Thompson (2000, p. 143) também afirmam que "a expressão da atitude não é, como se costuma dizer, simplesmente uma questão pessoal (o falante "comentando" sobre o mundo), mas uma questão interpessoal em que a razão básica para adiantar uma opinião é eliciar a resposta solidária do endereçado".

A seguir, o Quadro 11 apresenta o apoio teórico para as minhas análises.

Quadro 11 – Teorias e Categorias de análise

ANÁLISE CRÍTICA DA CONSTRUÇÃO DE CONTEXTO no editorial “O Quinto Centenário”
Linguística Sistêmico-Funcional Metafunções Modalidade/Avaliatividade/Metarrelação
Unidade de estrutura Unidade de textura
Persuasão Modos textuais, Ironia, Nominalização, Mundo textual, Legitimação e Intersubjetivismo

Fonte: Autora

2 METODOLOGIA

A pesquisa de caráter qualitativo é caracterizada pela investigação e interpretação do pesquisador e tem o apoio da Linguística Sistêmico-Funcional, uma proposta teórico-metodológica de Halliday (1994), que possibilita relacionar as escolhas léxicogramaticais do texto à estrutura da ideologia e das relações de poder do discurso. A pesquisa examina uma unidade, cujos limites são esclarecidos em termos de resposta a perguntas feitas, de fontes de dados e do contexto envolvido.

2.1 Dados

Será examinado o editorial “O Quinto Centenário”, publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, em 22.04.2000. O texto, embora de publicação não recente, foi escolhido devido à sua completude, no sentido de apresentar praticamente todas as características que julgo apropriadas a um texto dissertativo-argumentativo e que desejei discutir neste espaço.

A seguir, apresento a definição e a função de um editorial segundo alguns autores:

O editorial de jornal como um gênero

O simbolismo textual de um editorial é salientado por uma disposição e uma tipografia, sendo o editorial geralmente impresso na mesma posição e na mesma página todos os dias. Um tipo especialmente 'visível' pode ser usado, como no caso da *Folha de S.Paulo*. No caso deste jornal, o editorial ocupa sempre a primeira coluna da segunda página, ao lado de outros textos (que chamamos artigos de opinião), assinados, o que faz subentender que a opinião contida no editorial seja independente dos demais e que por *default* seja a do jornal. O editorial difere no seu estilo ou estratégias textuais – o que é parte do *point* – sugere uma voz característica para um determinado jornal. Segundo Reynolds (2000), o editorial de jornal é considerado um gênero por motivos contextuais e textuais. Contextualmente, é reconhecível por seu posicionamento no jornal. É frequentemente colocado numa página central, interna (embora em alguns

tabloides populares, o *lide* possa estar na primeira página), proeminentemente marcado dos demais, tais como cartas e artigos de opinião, e é em geral encabeçado pelo logotipo do jornal. O editorial apresenta um layout diferenciado e de rotina, desacompanhado de ilustrações (embora isso possa estar mudando), e – mais significativo de tudo – não é assinado.

O objetivo do editorial é afirmar a visão do jornal a respeito de algum assunto ou notícia, já que não é assinado. Supõe-se que seja o trabalho do editor ou talvez do proprietário. É também o objetivo do editorial persuadir o leitor sobre o ponto de vista do jornal a respeito da questão em foco. Mas essa noção pode ser demasiado idealística num mundo comercialmente competitivo.

Para Fowler (1991), o objetivo do editorial pode ser munir os leitores (os consumidores) de preconceitos, e assim contribuir para manter o hábito do leitor. É nesse ponto que a ideologia entra no editorial, na medida em que, como parte de suas funções, deve atingir e confirmar os interesses dos leitores, suas preocupações e seus pontos de vista. A ideologia aqui é nas palavras de Thompson (1984:1), “o pensamento de outros” na medida em que é uma interpretação pelo jornal daquilo que o leitor *quer* ler. Finalmente, para Reynolds, em termos de um discurso mais estreito, a função de um editorial é comentar, via modo argumentativo, os eventos correntes, expressos através dos modos narrativos e descritivos. Nas palavras de Vestergaard (2000, p.102):

[...] um artigo prototipicamente de destaque é um texto que descreve um problema corriqueiro, tipicamente político, sugere uma ou duas soluções, e pesa seus méritos relativos à luz de possíveis consequências. O artigo de destaque prototípico será [...] persuasivo ou expositivo, dependendo se contem apelo direto para a adoção da solução propagada.

Em termos do modo textual, o editorial é, por conseguinte, predominantemente um modo argumentativo fundido com a narrativa e a descrição, que contribuem com a evidência necessária para fundamentar a persuasão, explica Reynolds.

2.2 Procedimentos de Análise

Para responder às perguntas de pesquisa: (a) Que trabalho de “construção-de-

contexto” faz o gênero editorial examinado? (b) Que papel exerce a construção de contexto no processo persuasivo que percorre o editorial? procedo da seguinte maneira:

O editorial “O Quinto Centenário” é apresentado na íntegra, seguido da descrição do contexto situacional, ou registro, por meio da análise de campo, relações e modo, na tentativa de tornar menos subjetivas as avaliações, principalmente no caso das implícitas (GOATLY, 1997).

A seguir, o editorial é analisado em duas etapas, como mostra o Quadro 12 resume as análises de registro e de gênero:

Quadro 12 – Análise da estrutura e da textura

Etapa (A): Estrutura	Situação que aponta o Problema
	Hipótese de Solução
	Argumentação em prol da Solução proposta
	Avaliação/Tese demonstrada
Etapa (B): Textura	Modos textuais
	Legitimização
	Mudo textual
	Ironia

Fonte: Autora

Etapa (A) – **quanto à estrutura** – o texto é dividido em termos de estágios do gênero editorial e suas finalidades, quando será avaliada a sua coerência discursiva. Para tanto, no lado direito das divisões de estágios, haverá um espaço destinado à referida análise. A análise de estrutura seguirá a proposta, “Problema-Solução”, de Hoey (1994) e acrescido por contribuições de Porta (2002).

Etapa (B) – **quanto à textura** – por meio do exame das escolhas lexicogramaticais referentes aos modos textuais, à modalidade/avaliatividade e da transitividade. A análise de cada estágio será seguida de um “Comentário”, tendo em vista as perguntas de pesquisa.

Na primeira linha, logo abaixo da linha do texto analisado, será feita a análise da transitividade; na linha seguinte, será feita a análise envolvendo a modalidade e a avaliatividade.

O texto será marcado de acordo com a seguinte codificação:

Narração (itálico); Descrição (sem marcação); Argumentação (sublinhado)

- Modalidade e Avaliatividade (**negrito**)
- (+) ou (-) se a Avaliatividade for positiva ou negativa, respectivamente.
- (↑) ou (↓) se a Avaliatividade for intensificada ou diminuída
- Transitividade [entre colchetes] com o PROCESSO em maiúsculas.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Passo a analisar o editorial “O Quinto Centenário”, iniciando com a apresentação do texto na íntegra, após o que procedo à análise do contexto de situação – o registro – para diminuir a subjetividade da análise (GOATLY, 1997).

3.1 Análise de “O Quinto Centenário”

Texto na íntegra

O QUINTO CENTENÁRIO

Editorial FSP 22/4/00

Há 500 anos, a nau capitânia do navegador português Pedro Álvares Cabral aportava na região da atual cidade de Porto Seguro, Bahia. Decerto tratou-se do início de uma história relevante, a história do Brasil branco, porque existe uma outra para ser contada a respeito dos vários povos indígenas que aqui habitavam desde remotos tempos.

Na época estavam os portugueses muito mais interessados nos lucros do comércio ultramarino de especiarias. Dominavam uma rota alternativa de comércio, contornando o Cabo da Boa Esperança (extremo sul da África) para chegar ao Oriente. Não foi à toa que a expedição de Cabral permaneceu nas terras brasileiras apenas alguns dias, para tomar posse efetiva de uma porção de terras que, pelo Tratado de Tordesilhas, pertencia aos portugueses. Foi apenas uma parada em uma viagem que tinha como destino Calicute, na Índia.

A exploração efetiva das terras brasileira só começaria décadas depois, com o aproveitamento do fértil solo, especialmente da zona da mata nordestina, para a plantação da cana e a produção do açúcar destinado ao abastecimento do mercado europeu. Mas não é preciso cobrar rigor historiográfico das comemorações que ocorrem na data de hoje sobre os 500 anos da chegada da frota do navegador português. Como a maioria das festas cívicas do gênero, ela fala muito mais do presente que do passado. E é esse presente histórico, o Brasil de 22 de abril do ano 2000, que é particularmente interessante.

Imagine-se o que seria uma comemoração dessas no regime militar ou no Estado Novo de Getúlio Vargas. Paradas nas ruas, garotos uniformizados cantando o "hino do Descobrimento", livros editados para louvar a beleza e as riquezas do Brasil. Enfim, uma sombria demonstração de força do governo de plantão, de tipo parecido com o que praticavam os regimes soviéticos ou com o que ocorre na China.

Em oposição a isso, o próprio aspecto de precária organização, com as devidas exceções, e mesmo de pouca importância dedicada pelo governo aos festejos - comandados por um inexpressivo ministro do Turismo - não deixa de ter seu ponto positivo. Os governantes parecem estar menos interessados em fazer valer pela força ou pela máquina de propaganda oficial a sua versão da história. A esse respeito, há um visível amadurecimento no comportamento dos mandatários, que deve ser creditado quase exclusivamente ao fato de se ter hoje uma democracia razoavelmente estabelecida neste país.

Também a democracia permite que estejam em Porto Seguro representantes de forças

sociais que contestam vivamente a versão oficial para os 500 anos. Afinal, o que deveriam comemorar os descendentes dos povos indígenas, que foram sendo destruídos enquanto avançava a colonização? Por que engrossariam o coro oficial também os negros, cujos antepassados foram escravizados ao longo de 300 anos? Em nome de que festejariam os despossuídos?

Essas organizações estão em Porto Seguro colocando uma pitada de pimenta nos festejos e é absolutamente lícito que possam dar o seu recado sem constrangimento, desde que, como também é fundamental na cultura democrática, não se apele para a violência sob nenhum pretexto.

Os eventos de Seattle e de Washington, nos Estados Unidos, vão demonstrando que às vezes as discussões mais importantes e mais pertinentes sobre temas de interesse público têm lugar fora da agenda oficial dos grandes encontros. Ocorreu algo parecido na conferência sobre o meio ambiente, em 1992, no Rio de Janeiro, com seu fórum paralelo. Agora um acontecimento semelhante, embora numa escala menor, dá-se na Bahia. O dissenso, quando praticado dentro do que requer a democracia, sem violência, é sempre saudável para fazer com que os governantes ouçam mais a voz das ruas.

3.1.1 Análise de Registro

CAMPO: O insucesso das festividades em homenagem à data do descobrimento do Brasil havia sido fartamente criticado pela mídia. O editorial "O Quinto Centenário", publicado pelo jornal *Folha de S.Paulo*, foi escolhido por apresentar uma característica que julguei oportuna para a presente pesquisa. Uma coleta de dez publicações entre as páginas 2 e 3 do periódico, entre os dias 21 a 27 daquele mês, mostrou-nos que, enquanto nove deles criticavam o fracasso dos festejos do descobrimento, um só navegava contra essa tendência. Um olhar mais detido mostrou-nos que este era um editorial e os demais, artigos de opinião.

RELAÇÕES: Editorialista do jornal *Folha de S.Paulo* e seus leitores.

MODO: Modalidade escrita, linguagem formal específica de editorial.

Repito aqui o Quadro 8, para facilitar o acompanhamento da análise de gênero.

Quadro 8 - Estrutura Problema-Solução

Situação que aponta o Problema
Hipótese de Solução
Argumentação em prol da Solução proposta
Avaliação/Tese demonstrada

Fonte: Autora com base em Porta (2002) e Hoey (1994)

3.1.2 Análise da estrutura de gênero de “O Quinto Centenário”

O QUINTO CENTENÁRIO Editorial FSP 22/4/00	Estágios e finalidade de gênero
Há 500 anos, a nau capitânia do navegador português Pedro Álvares Cabral aportava na região da atual cidade de Porto Seguro, Bahia. Decerto tratou-se do início de uma história relevante, a história do Brasil branco, porque existe uma outra para ser contada a respeito dos vários povos indígenas que aqui habitavam desde remotos tempos.	Situação e Problema
<p>Situação: Pedro Álvares Cabral chega ao Brasil. Problema: Para a história dos brancos, essa chegada marca o “descobrimento” do Brasil. Mas há outras histórias.</p>	
Na época estavam os portugueses muito mais interessados nos lucros do comércio ultramarino de especiarias. Dominavam uma rota alternativa de comércio, contornando o Cabo da Boa Esperança (extremo sul da África) para chegar ao Oriente. Não foi à toa que a expedição de Cabral permaneceu nas terras brasileiras apenas alguns dias, para tomar posse efetiva de uma porção de terras que, pelo Tratado de Tordesilhas, pertencia aos portugueses. Foi apenas uma parada em uma viagem que tinha como destino Calicute, na Índia.	Proposta e 1º. argumento
<p>Proposta do editorial: Não houve “descobrimento” em 22.4.1500. 1º. Argumento: O Brasil já pertencia a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas.</p>	

<p>A exploração efetiva das terras brasileira só começaria décadas depois, com o aproveitamento do fértil solo, especialmente da zona da mata nordestina, para a plantação da cana e a produção do açúcar destinado ao abastecimento do mercado europeu. Mas não é preciso cobrar rigor historiográfico das comemorações que ocorrem na data de hoje sobre os 500 anos da chegada da frota do navegador português. Como a maioria das festas cívicas do gênero, ela fala muito mais do presente que do passado. E é esse presente histórico, o Brasil de 22 de abril do ano 2000, que é particularmente interessante.</p>	<p>2º. argumento</p>
<p>2º. Argumento: Desinteresse inicial dos portugueses pelo Brasil, o que mostra que a meta de Cabral não era o Brasil.</p>	
<p>Imagine-se o que seria uma comemoração dessas no regime militar ou no Estado Novo de Getúlio Vargas. Paradas nas ruas, garotos uniformizados cantando o "hino do Descobrimento", livros editados para louvar a beleza e as riquezas do Brasil. Enfim, uma sombria demonstração de força do governo de plantão, de tipo parecido com o que praticavam os regimes soviéticos ou com o que ocorre na China.</p>	<p>3º. argumento</p>
<p>3º. Argumento: Comemorações como as programadas para lembrar a data de 22 de abril, além de não ter sentido, igualaria o Brasil a regimes militares e ditatoriais.</p>	
<p>Em oposição a isso, o próprio aspecto de precária organização, com as devidas exceções, e mesmo de pouca importância dedicada pelo governo aos festejos - comandados por um inexpressivo ministro do Turismo - não deixa de ter seu ponto positivo. Os governantes parecem estar menos interessados em fazer valer pela força ou pela máquina de propaganda oficial a sua versão da história. A esse respeito, há um visível amadurecimento no comportamento dos mandatários, que deve ser creditado quase exclusivamente ao fato de se ter hoje uma democracia razoavelmente estabelecida neste país.</p>	<p>4º. argumento</p>
<p>4º. Argumento: Nesse sentido, o insucesso dos festejos mostra “visível amadurecimento no comportamento dos mandatários” que deve ser “creditado ...ao fato de se ter hoje uma democracia razoavelmente estabelecida neste país”.</p>	

<p>Também a democracia permite que estejam em Porto Seguro representantes de forças sociais que contestam vivamente a versão oficial para os 500 anos. Afinal, o que deveriam comemorar os descendentes dos povos indígenas, que foram sendo destruídos enquanto avançava a colonização? Por que engrossariam o coro oficial também os negros, cujos antepassados foram escravizados ao longo de 300 anos? Em nome de que festejariam os despossuídos?</p>	<p>5º. argumento</p>
<p>5º. Argumento: Não há o que comemorar.</p>	
<p>Essas organizações estão em Porto Seguro colocando uma pitada de pimenta nos festejos e é absolutamente lícito que possam dar o seu recado sem constrangimento, desde que, como também é fundamental na cultura democrática, não se apele para a violência sob nenhum pretexto.</p>	<p>6º. argumento</p>
<p>6º. Argumento: Assim, é lícita a voz do povo em dar seu recado (mas sem violência).</p>	
<p>Os eventos de Seattle e de Washington, nos Estados Unidos, vão demonstrando que às vezes as discussões mais importantes e mais pertinentes sobre temas de interesse público têm lugar fora da agenda oficial dos grandes encontros. Ocorreu algo parecido na conferência sobre o meio ambiente, em 1992, no Rio de Janeiro, com seu fórum paralelo. Agora um acontecimento semelhante, embora numa escala menor, dá-se na Bahia. O dissenso, quando praticado dentro do que requer a democracia, sem violência, é sempre saudável para fazer com que os governantes ouçam mais a voz das ruas.</p>	<p>Avaliação Final</p>
<p>Avaliação Final: As discussões mais importantes podem ocorrer fora da agenda oficial, o que descarta a importância dos festejos dos 500 anos.</p>	

3.1.2.1 Discussão da análise de gênero de “O Quinto Centenário”:

A análise mostra que o texto é coerente em termos da estrutura de gênero, seguindo a proposta “Problema-Solução”. Sob o pano e fundo da narrativa do “descobrimento” do Brasil, subjaz a tese de não ter havido descobrimento em

22/4/1500, com o que o editorial tenta justificar o fracasso dos festejos sobre a data. O editorial tece seis argumentos em prol dessa proposta, em que se constrói um “mundo textual”, dentro do qual ideias, por vezes quase absurdas, fazem sentido, graças ao contexto que, passo a passo, vai sendo construído, como veremos a seguir.

3.1.3 *Análise da textura de “O Quinto Centenário”*

A análise de textura do editorial seguirá o seguinte procedimento:

- (a) cada estágio será examinado de acordo com o esquema acima referido e que repito aqui (em alguns casos, uma ou outra dessas alternativas pode não ser levada em conta, caso não seja importante para o objetivo em cada caso):
- (b) Na primeira linha, logo abaixo da linha do texto analisado, será feita a análise da transitividade; na linha seguinte, será feita a análise envolvendo a modalidade e a avaliatividade.

O texto será marcado de acordo com a seguinte codificação:

Narração (itálico); *Descrição* (sem marcação); Argumentação (sublinhado)

- Modalidade e Avaliatividade (**negrito**)
- (+) ou (-) se a Avaliatividade for positiva ou negativa, respectivamente.
- (↑) ou (↓) se a Avaliatividade for intensificada ou diminuída
- Transitividade [entre colchetes] com o PROCESSO em maiúsculas.

Cada estágio analisado será seguido de um “Comentário”, quando será verificada a construção de mundo textual e de contexto. Transitividade [entre colchetes] com processo em maiúsculas.

O QUINTO CENTENÁRIO

Editorial FSP 22/4/00

1º. estágio

<i>Há 500 anos, a nau capitânia do navegador português Pedro Álvares Cabral</i>	
<i>APORTAVA na região da atual cidade de [Porto Seguro, Bahia].</i>	
Material	Circunstância
Apreciação (-) token	
Decerto	TRATOU-se do início de uma história relevante
Relacional	
Modalização de probabilidade	Apreciação (+)
a história do Brasil branco,	porque existe uma outra
Avaliação Social (-) token	Avaliação Social (+)
<u>para ser contada a respeito dos vários povos indígenas</u>	
que aqui HABITAVAM desde remotos tempos.	
Existencial	
Apreciação (-) token	

Discussão:

Modo textual: O editorial inicia-se com o modo textual narrativo, referindo-se a uma história conhecida pelos brasileiros. Com isso, procura, segundo Fowler (1991), tornar agradável a relação escritor/leitor. Como a história é verdadeira (ou pelo menos, assim é divulgada), a tendência é fazer o leitor acreditar no restante do relato. No trecho sublinhado, o editorial expressa sua argumentação, voltando no final do estágio ao modo narrativo.

Avaliatividade/Modalidade: A narrativa, porém, é entremeada pelo modo textual argumentativo (“decerto” é opinião do editorial); além disso, há uma

Material	
	Modalização: frequência
<i>para TOMAR POSSE</i> (apoderar-se) efetiva	
Material	
<i>de uma porção de terras que, pelo Tratado de Tordesilhas,</i>	
	Circunstância
	Avaliação Social (-) <i>token</i>
PERTENCIA aos portugueses. <u>Foi apenas uma parada em uma viagem</u>	
Relacional	
	Apreciação (-) <i>token</i>
<i>que TINHA como DESTINO (DESTINAVA-SE a) Calicute, na Índia.</i>	
	Material
	Apreciação (0) <i>token</i>

Discussão:

Modo textual: No segundo estágio do editorial, notamos uma fusão de narração (itálico) e descrição (sem marca) com o modo argumentativo, em geral implícito. Daí, as várias instâncias de *token*, avaliatividade de Atitude que depende de contexto. Assim, todo esforço é feito para documentar com a menção de lugares longínquos do Brasil (“oriente”, “Calicute na Índia”). Notar exemplos nesse sentido como a menção de “extremo sul da África, quando poderia bastar dizer “cabo da Boa Esperança”.

Avaliatividade/Modalidade: Na narrativa, o termo “extremo sul da África” (avaliatividade de graduação) mostra, discretamente, a distância entre as terras do interesse português em relação às terras brasileiras; a avaliação social negativa (“à toa”) reforça esse posicionamento. Notemos a colocação de “pelo Tratado de Tordesilhas” em posição de adjunto adverbial, termo acessório da oração (em vez de dar-lhe status de sujeito da oração, com o que insere algo que se assemelha à ironia, a linguagem da crítica social.

CONSTRUÇÃO DE CONTEXTO: Por meio, especialmente, dos modos textuais e da avaliatividade, a persuasão apoia-se em dois fatores: (a) a menção do comércio em terras no Oriente, em que estavam interessados os portugueses; (b) a discreta menção do Tratado de Tordesilhas, acordo que tornava desnecessário o “descobrimento”.

3º. estágio

A exploração efetiva das terras brasileira só COMEÇARIA décadas depois,	
	Existencial
Apreciação (+) token	Avaliação Social (+) token
com o aproveitamento do fértil solo, especialmente da zona da mata nordestina,	
para a plantação da cana e a produção do açúcar destinado	
ao abastecimento do mercado europeu. <u>Mas não é preciso COBRAR</u>	
	Material
	Modulação: obrigação
[rigor historiográfico das comemorações] que OCORREM na data de hoje	
Meta	Material
Apreciação Social (+)	
sobre os 500 anos da chegada da frota do navegador português.	
Como a maioria das festas cívicas do gênero, ela <u>FALA muito mais</u>	
	Verbal
	Avaliatividade força (↑)
<u>[do presente que do passado].</u> E é esse presente histórico,	
o Brasil de 22 de abril do ano 2000, que <u>É particularmente interessante.</u>	
	Relacional
	Apreciação (+)

Discussão:

Modo textual: A narração de fatos conhecidos (e comprováveis) da história “do branco” entra em fusão linear com a argumentação, e com o apoio de inúmeras nominalizações (“exploração”, “aproveitamento”, “plantação”, “abastecimento”, “produção”, “comemorações” e “chegada”), deixa o tom do escritor amigo para se afastar do leitor, tomando o status de expert no assunto para melhor persuadir o interlocutor, agora relevado ao status de leigo no assunto.

Avaliatividade/Modalidade: Inúmeros *tokens* marcam avaliatividade oposta como em “a exploração efetiva” “começaria” que seriam avaliados como negativos se considerarmos o desinteresse português, mas podem ser considerados positivos, se levarmos em conta a argumentação que tenta mostrar esse atraso na colonização do País.

CONSTRUÇÃO DE CONTEXTO: Uma vez mostrado o real motivo da vinda de Cabral às terras brasileiras, chega o momento de construir o contexto que anula a validade dos festejos do quinto centenário. Para tanto, o editorial recorre à fusão entre narração, descrição e argumentação, somada à força da nominalização (que lhe proporciona autoridade da palavra e das avaliatividades negativas interpretadas como positivas, com referência à intenção do jornal.

4º. estágio

<u>IMAGINE-se o que seria uma comemoração dessas no regime militar</u>	
Mental	Avaliação Social (-)

ou no Estado Novo de Getúlio Vargas . Paradas nas ruas,
Avaliação Social (-)
garotos uniformizados cantando o " hino do Descobrimento ",
Apreciação (-)
livros editados para louvar a beleza e as riquezas do Brasil.
Enfim, [uma sombria demonstração de força do governo de plantão],
Atributo Avaliação Social (-)
de tipo parecido com o que PRATICAVAM [os regimes soviéticos]
Material Ator Avaliação Social (-)
ou com o que OCORRE na China .
Material Avaliação Social (-)

Discussão:

Modo textual: O 4º. estágio inicia-se com um processo mental “imagine”, o que reduz o restante do parágrafo a fatos apenas imaginados. Assim introduz informação meramente hipotética, mas que contribui para persuadir o leitor – no caso, sobre a desnecessidade de festas oficiais. É a chamada legitimização por futuro hipotético.

Avaliatividade/Modalidade: O concurso da avaliatividade para a persuasão deste estágio traduz-se em várias avaliações sociais negativas, de pleno conhecimento do brasileiro, alguns do mundo inteiro. Se o editorial convida a “imaginar”, podemos aceitar a intromissão de “regime militar”, “Estado Novo de Getúlio Vargas”, Rússia, China, com as implicações persuasivas.

Mais ainda, podemos falar do inexistente “hino do descobrimento”.

CONSTRUÇÃO DE CONTEXTO: Constrói-se aos poucos o contexto em que soam válidas a argumentação do editorial. Para tanto, recorre-se ao *frame* do leitor, em que se encontram guerras, ditadura, regimes autoritários, perseguições, fatores do processo de legitimização por emoção: o medo destilado do trecho concorre para que o leitor concorde com o ponto de vista do editorial: nada de comemorações.

5º. estágio

<u>Em oposição a isso, o próprio aspecto de precária organização,</u>	
Avaliação Social (-)	
<u>com as devidas exceções, e mesmo de pouca importância dedicada</u>	
Avaliação Social (-)	
<u>pelo governo aos festejos – COMANDADOS por um inexpressivo ministro</u>	
Material	Ator
Julgamento (-)	
<u>do Turismo - NÃO DEIXA DE TER seu ponto positivo.</u>	
(=TEM) Relacional	Apreciação (-) <i>token</i>
<u>Os governantes parecem ESTAR menos interessados em FAZER</u>	
Relacional	Avaliação Social (-) (↓)
Modalização: probabilidade	
<u>VALER pela força ou pela máquina de propaganda oficial</u>	
(=USAR) Material	Avaliação Social (-)
Avaliação Social (-)	Avaliação Social (-)
<u>a sua versão da história. A esse respeito, há um visível</u>	

<u>amadurecimento</u> no comportamento dos mandatários, que deve ser		
Julgamento (-) <i>token</i>		Modulação: obrigação
<u>CREDITADO quase</u> exclusivamente ao fato de se TER hoje uma		
Material	Portador	Relacional
Modalização: probabilidade		
<u>democracia razoavelmente estabelecida</u> neste país.		
Atributo		
Avaliação Social (-) <i>token</i>		

Discussão:

Modo textual: Este estágio constitui-se de fusão escalada (misturada) de descrição e argumentação. Após deixar claro que não houve “descobrimto” do Brasil e, assim, iniciar a argumentação em favor da desnecessidade de festejos comemorativos, o editorial tenta diminuir a responsabilidade das autoridades em atuação no governo.

O que acontece neste estágio é a criação de um “mundo textual”, em que o receptor reconstrói seu mundo de acordo as pistas linguísticas deixadas no texto, construído com base em seu próprio conhecimento cultural e pessoal, no processo chamado de intersubjetivismo. Esse recurso é usado pelo escritor/falante, que prepara o contexto, com base nas crenças e valores presentes no *frame* do ouvinte/leitor. Esse é um recurso extremamente eficaz no processo persuasivo.

Avaliatividade/Modalidade: Várias instâncias de avaliatividade de Avaliação Social negativas e nos termos da modalidade, constroem o contexto em que é possível – agora – o uso de linguagem monoglóssica, para, té, expressar opiniões que, fosse outro o contexto, não seriam aceitas pelo leitor. Como afirmar que “precária organização”, “inexpressivo ministro” ou

“pouca importância dada às comemorações” são bases de uma democracia?

CONSTRUÇÃO DE CONTEXTO: A proposta da Linguística Crítica de que qualquer aspecto da estrutura linguística carrega significação ideológica – seleção lexical, opção sintática, tendo sua razão de ser – pode apoiar a importância que se deve dar à contribuição da gramática no desenvolvimento da atitude crítica. Há sempre modos diferentes de dizer a mesma coisa, e esses modos, esses contextos, não são alternativas acidentais. Diferenças em expressão não são acidentais, pois sempre trazem diferenças de representação, no caso a tentativa do editorial de mudar a representação dos movimentos antigoverno.

6º. estágio

<i>Também a democracia permite que estejam em Porto Seguro representantes</i>
Ator
Avaliação Social (+) Modulação: obrigação
<i>de forças sociais que contestam vivamente a versão oficial</i>
<i>para os 500 anos. <u>Afinal, o que deveriam COMEMORAR os descendentes dos</u></i>
Material
Modalização: probabilidade
povos indígenas, que foram sendo DESTRUÍDOS enquanto AVANÇAVA a
Meta
Material
Avaliação Social (-)
Avaliação Social (-)
Avaliação Social (-)
<i>colonização? Por que ENGROSSARIAM o coro oficial também</i>
Ator
Material
<i><u>os negros, cujos antepassados foram escravizados ao longo de 300 anos?</u></i>
Ator
Avaliação Social (-)

Em nome de que	FESTEJARIAM os despossuídos?	
Adjunto	Material	Ator
		Avaliação Social (-)

Discussão:

Modo textual: Após iniciar com o modo narrativo, construindo o contexto deste estágio, o editorial traz várias perguntas retóricas, convidando o leitor a integrar a interação, em que persuadido pela argumentação que se consolida fundamentada nas metarrelações avaliativas, só pode responder ao óbvio: nada há que comemorar.

Assim, neste 6º. estágio, o editorial inicia o fechamento da discussão, retornando às ponderações iniciais referentes à oposição história do branco versus história dos nativos, que, embora moradores da terra, foram deixados à parte nos documentos oficiais.

Avaliatividade/Modalidade: As avaliatividades de avaliação social negativa somente confirmam o que o editorial vem afirmando desde o início. O Brasil ignora parte de seus habitantes. A força dessas avaliações, no entanto, parece ser suficiente para o leitor mudar sua opinião, diminuindo suas queixas a respeito do “descobrimento”.

CONSTRUÇÃO DE CONTEXTO: Neste estágio, o texto constrói um mundo textual, limitado à menção – apenas – dos “despossuídos”, como neste País somente eles existissem. E constrói também uma realidade parcial, pois a história do branco sofre um desvio ideológico, pois apenas a parte negativa ou hipotética é trazida nesse contexto.

7º. estágio

<i>Essas organizações estão em Porto Seguro colocando uma <u>pitada de pimenta</u></i>	
Apreciação (+)	
<i>nos festejos e é absolutamente lícito que possam dar o seu recado sem</i>	
Atributo	
Avaliação Social (-) (↑)	
<i>constrangimento, desde que, como também</i>	
É	fundamental
Relacional	na cultura democrática, não se APELE
Avaliação Social (+)	
Material	
<i>para a violência sob nenhum pretexto.</i>	
Avaliação Social (+)(↑)	

Discussão:

Modo textual: Novamente, o editorial apoia-se no modo narrativo inicial para legitimizar a argumentação que vem a seguir, quando declara ser “absolutamente lícito que possam dar seu recado”. Nessa narração, a expressão “pitada de pimenta”, bem ao gosto popular, diminui a extensão dos movimentos dos críticos ao fracasso dos festejos.

Avaliatividade/Modalidade: As avaliações sociais invertem-se para positivas, quando o editorial toma posição em relação aos movimentos oposicionistas. Notar a instância que indica intersubjetividade em “desde que [...] não se apele para a violência”,

CONSTRUÇÃO DE CONTEXTO: Diante do inevitável, ou seja, de incluir as manifestações anti-governo, o editorial minimiza a força desses

movimentos, ao mesmo tempo em que cita fatores investidos de avaliação social positiva para justificar os prós e os contra da situação.

8º. estágio

[Os eventos de Seattle e de Washington , nos Estados Unidos], vão		
Ator		
Avaliação Social (+)		
DEMONSTRANDO que às vezes as [discussões] mais importantes		
Material	Existente	
Apreciação (+)		
e mais pertinentes sobre temas de interesse público têm lugar		
Apreciação (+)	Avaliação Social (+)	
fora da agenda oficial dos grandes encontros. <i>Ocorreu algo parecido</i>		
Avaliação Social (+)		
<i>na conferência sobre o meio ambiente, em 1992, no Rio de Janeiro,</i>		
<i>com seu fórum paralelo. Agora um acontecimento semelhante,</i>		
<i>embora numa escala menor, dá-se na Bahia. O dissenso,</i>		
Meta		
Avaliação Social (+)		
quando PRATICADO dentro do que REQUER a democracia,		
Material	Material	
Avaliação Social (+)		
sem violência, é sempre saudável para fazer com que		
Avaliação Social (+)	Modalização: frequência	Avaliação Social (+)

[os governantes]	OUÇAM	mais	a voz das ruas.
Experienciador	Mental	(↑)	Avaliação Social (+)

Discussão:

Modo textual: O editorial procura apoio para mostrar a normalidade das manifestações públicas, com a conseqüente diminuição da responsabilidade do governo de plantão, e narra fato semelhante ocorridos nos EUA, país que goza de prestígio entre nós, e a compara com o que ocorre na Bahia.

Avaliatividade/Modalidade: As avaliatividades, neste estágio, são em geral positivas, na tentativa de atribuir significado positivo às conseqüências do fracasso das comemorações do quinto centenário.

CONSTRUÇÃO DE CONTEXTO: O contexto aqui construído refere-se à tentativa de acalmar o público, mostrando que fatos semelhantes ocorrem em outros países e que todos têm o direito de manifestar suas opiniões mesmo quando contrárias às do governo.

3.2 Discussão geral da análise

O editorial “O Quinto Centenário” foi, dentre dez textos coletados nas semanas que cercaram os festejos do descobrimento do Brasil, o único que manifestou apoio ao governo, considerado responsável pelo fracasso das comemorações, na pessoa de seu ministro do Turismo. Os demais textos eram artigos de opinião.

Decidi-me a pesquisar o modo como era feita a persuasão, nesse editorial que, mesmo diante das evidências, tentava mostrar uma versão que contrariasse a voz do povo.

Para tanto, esta dissertação deveria responder às seguintes perguntas: (a) Que

trabalho de “construção-de-contexto” faz o gênero editorial examinado? (b) Que papel exerce a construção de contexto no processo persuasivo que percorre o editorial?

Para mostrar a construção de contexto, baseei minhas análises nas escolhas lexicogramaticais (como propõe a Linguística Sistêmico-Funcional - LSF) feitas pelo editorial, enfocando os modos textuais e a avaliatividade (um complemento da modalidade), como processos básicos nessa construção.

Em se tratando de análise aplicada da linguística, a sua metodologia é necessariamente eclética, como já me referi, e assim envolve teorias complementares como: ironia, nominalização, mundo textual, legitimização e intersubjetivismo.

A análise mostrou a construção paulatina de contexto, por meio do qual o editorial tenta persuadir que não houve “descobrimento” porque: os portugueses estavam interessados no Oriente, já que o Brasil a eles pertencia pelo Tratado de Tordesilhas.

Após essa demonstração, o editorial passa justificar o fracasso dos festejos e para tanto hipotetiza, com base, em situações ocorridas em períodos soturnos da história brasileira e do mundo, que teriam decorrido de comemorações oficiais. O editorial espera que o leitor se sinta aliviado pelo fato de o Brasil não imitar atos que redundam em ditaduras, torturas e na perda de direitos humanos, já que não deu importância aos festejos dos 500 anos.

Feito isso, o editorial passa a justificar os movimentos que se erguiam contra a inépcia do governo, quando as avaliações sociais, antes negativas, passam a ser positivas, descrevendo o direito do brasileiro de protestar contra as ações do governo. E, finalmente, por meio de perguntas retóricas evoca no leitor as respostas que não poderiam ser outras: por que comemorar se a história do branco fez o Brasil ignorar parte de seu povo?

A análise mostra, com base no apoio de teorias que tratam da análise da linguística crítica, que na subjacência do texto, existe uma ideologia que guia a avaliação implícita do discurso. O exame das escolhas lexicogramaticais desse texto revela esse fato, em que o que transparece na textura do texto é apenas a metade da verdade, omitindo-se parte dela a fim de persuadir o leitor.

Se puder expressar minha opinião, diria que se trata de um texto muito bem estruturado, que ampara uma argumentação sólida (pelo menos à primeira vista), e que inicialmente me convenceu e me seduziu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse trabalho, percebi a importância da análise da língua em uso, pois, observá-la dentro de um contexto, as escolhas feitas para a elaboração de um enunciado podem levar o leitor a uma reflexão e entendimento de alguns detalhes antes despercebidos no decorrer da leitura. Percebo que meu desempenho em sala tem progredido gradativamente e com isso os resultados obtidos em minhas aulas melhoraram satisfatoriamente.

É importante salientar que um dos objetivos do ensino de Língua Portuguesa, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental, é a prática de reflexão sobre a língua. Nesse contexto, a pesquisa em Linguística Aplicada, dá-nos o ensejo de orientar os alunos de maneira segura, mostrando a eles que, o que está no texto, leva ao nível do discurso, em que nem tudo está claramente explícito, ficando muito da mensagem a cargo do *frame* compartilhado entre os interlocutores. Esse fato também faz parte da leitura crítica de que nos fala os PCNs.

Para o Ensino Médio – uma vez considerados os gêneros previstos para determinado ciclo –, fica estabelecido também o contexto em que uma informação deve ser entendida, que consiste, por exemplo, no reconhecimento da intencionalidade implícita de conteúdos ideológicos ditos com o uso de diversos recursos persuasivos. Nesse sentido, o objetivo principal desta pesquisa foi a formação de um aluno crítico, que compreenda que as escolhas lexicogramaticais do texto ali estão carregando uma mensagem a decifrar.

Espero que essa pesquisa seja útil para o crescimento dos estudos da Linguística Aplicada, que se apoia na Linguística Sistêmico Funcional, importante base teórica para o desnudamento do contexto que deve ser interpretado juntamente com base nas escolhas feitas pelo autor.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARTLETT, F. C. *Remembering*. Cambridge: Cambridge University Press, 1932.
- BEDNAREK, M. A. Frames revisited - the coherence-inducing function of frames. *Journal of Pragmatics*, 37.5, 2005, p. 685-706.
- BERNSTEIN, B. *Class, code, and control*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1990.
- BOOTH, W. C. *A rhetoric of irony*. Chicago: University of Chicago, 1974.
- BOLZE, L. D. S. A metáfora ideológica e a imagem na persuasão publicitária: um enfoque crítico da linguística sistêmico-funcional. 2016, 75 f. (Mestrado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP
- BOYD-BARRETT, O. The globalization of news. In: BOYD-BARRETT, O.; RANTANEN, T. (org.) *The globalization of news*. Londres: Sage, 1998.
- BUTT, D. Randomness, order and the latent patterning of texts. In: BIRCH, D.; O'TOOLE, M. (org.). *Functions of Style*. Londres/Nova York: Pinter Publishers, 1998.
- _____. Some basic tools in a linguistic approach to personality: a Firthian concept of social process. In: CHRISTIE, F. (org.). *Literacy in Social Processes* (Papers from the inaugural Australian systemics conference, held at Deakin University, January 1990). Darwin: Centre for Studies of Language in Education, 1991.
- CANTANHEDE, C. S. S. Recursos retóricos para a realização da persuasão implícita em textos argumentativos: um enfoque crítico da Linguística Sistêmico-Funcional. 2016, 72 f. (Mestrado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - SP
- CLIFT, R. Irony in conversation. *Language in society*, 28.4, 1999, p. 523-553.
- CRESPO-FERNÁNDEZ, E. Words as Weapons for Mass Persuasion: Dysphemism in Churchill's Wartime Speeches. *Text & Talk*, 33.3, 2013, p. 311-330.
- COFFIN, C.; O'HALLORAN, K. The role of appraisal and corpora in detecting covert evaluation. *Functions of Language*, 13.1, 2006, p. 77-110.

COOK, G. *The Discourse of Advertising*. London: Routledge and Kegan Paul, 1992.

DOWNING, L. H. Text world creation in advertising discourse. *De Lingüística Aplicada a la Comunicación*, v. 13, 2003, p. 22-44.

DU BOIS, J. W. The stance triangle. In: ENGLEBRETSON, R. (org.) *Stance taking in discourse: Subjectivity, evaluation, interaction*. Amsterdã: Benjamins, 2007.

_____. The intersubjectivity of interaction. *Tenth Biennial Rice University Symposium on Linguistics*. Rice University, 2004.

_____. Stance and Consequence. *Paper presented at the Annual Meeting of the American Anthropological Association*, New Orleans, 2002.

_____. Taking a stance: Constituting the stance differential in dialogic interaction. *Annual Meeting of the American Anthropological Association*. San Francisco, 2000.

_____. Self-evidence and ritual speech. In: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (org.) *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology*. Norwood: Ablex, 1986.

DUNMIRE, P. L. Emerging Threats and Coming Dangers: Claiming the Future for Preventive War. In: HODGES, A.; NILEP, C. (org.) *Discourse, war and terrorism*. Filadélfia: John Benjamins, 2007.

EGGINS, S. *Introduction to Systemic Functional Linguistics*. Londres: Bloomsbury Publishing, 2004.

EL REFAIE, E. Our purebred ethnic compatriot's irony in newspaper journalism. *Journal of Pragmatics*, 37.6, 2005, p. 781-797.

FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.

FIGUEREDO, G. P. *The flow of information in "Brian Aldiss Supertoys: Last All Summer Long" and its translation into Brazilian Portuguese*. 2006. Disponível em: http://www.pucsp.br/isfc/proceedings/Artigos%20pdf/05tr_figueredo_117a154.pdf.

FOWLER, R. *Language in the news*. Londres: Routledge, 1991.

_____. Differential shortening of repeated content words produced in various communicative contexts. *Language and Speech*, 31.4, 1988, p. 307-319.

_____, HODGE, R., KRESS, G. e TREW, T. *Language and Control*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1979.

FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.

GOATLY, A. *The language of metaphors*. Londres: Routledge, 1997.

HALL, S. et al. *Policing the crises: Mugging, the state, and law and order*. Basingstoke: Macmillan Education, 1978.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN C. M. I. M. *An introduction to functional grammar*, Londres: Arnold, 2004.

_____. Language as social semiotic: Towards a general sociolinguistic theory. In WEBSTER, J. J. (org.) *Language and society. The collected works of M. A. K. Halliday*. Londres e Nova York: Continuum, 2007.

_____. *On Language and Linguistics*. Londres: Continuum, 2003.

_____. Text as semantic choice in social contexts. In WEBSTER, J. J. (ed.), *Linguistic studies of text and discourse. The collected works of M. A. K. Halliday*. Londres e Nova York: Continuum, 2002.

_____.; HASAN R. *Language, context, and text: Aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford & Geelong: OUP & Deakin University Press, 1989.

_____. *An introduction to Functional Grammar*. Londres: Arnold, 1994.

_____. Language as social semiotic. *The social interpretation of language and meaning*. London: Edward Arnold, 1978.

_____. Language as code and language as behavior: a systemic functional interpretation of the nature and ontogenesis of dialogue. In: FAWCETT, R. *An Introduction to Functional Grammar*. Londres: Edward Arnold, 1985.

_____.; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

HASAN, R. The place of context in a systemic functional model. In: HALLIDAY, M. A. K.; WEBSTER, J. J. (org.) *Continuum companion to systemic functional linguistics*. London & New York: Continuum, 2009.

_____. Language and society in a systemic functional perspective. In: HASAN, R.; MATTHIESSEN C.; WEBSTER, J. J. *Continuing Discourse on Language*. London: Equinox Publishing, 2005.

_____. Speaking with reference to context. In: GHADESSY, M. (org.), *Text and context in functional linguistics: Systemic perspectives*. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins, 1989.

_____. Coherence and cohesive harmony. In: FLOOD, J. (org.) *Understanding reading comprehension*. Newark: IRA, 1984.

HERMAN, E.; CHOMSKY, N. *Manufacturing consent: The political economy of the mass media*. Nova York: Pantheon Books, 2002.

HODGE, R.; KRESS, G. *Social Semiotics*. Ithaca/Nova York: Cornell Up, 1988.

HOEY, M. Signalling in discourse: a functional analysis of a common discourse pattern in written and spoken English. In: COULTHARD, M. (org.) *Advances in written text analysis*. Londres: Routledge, 1994.

HUNSTON, S.; THOMPSON, G. (org.). *Evaluation in text: Authorial stance and the construction of discourse*. Nova York: Oxford University Press, 2000.

_____. Evaluation & Ideology in scientific writing. In: GHADESSEY, M. (org.) *Register Analysis. Theory & Practice*. Londres, 1993.

KÄRKKÄINEN, E. Stance taking in conversation: From subjectivity to intersubjectivity. *Text & Talk*, 26.6, 2006, p. 699-731.

KITIS, E. & MILAPIDES M. Read it and believe it: How metaphor constructs ideology in news discourse. A case study. *Journal of Pragmatics*, v. 28, 1997, p. 557-590.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading Images: The Grammar of Visual Design*. London: Routledge, 1996.

_____. History and language: towards a social account of linguistic change. *Journal of Pragmatics*, v. 13, n. 3, 1989, p. 445-466.

_____.; HODGE, R. *Language as ideology*. Londres: Routledge, 1979.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. *Laboratory life: The social construction of scientific facts*. Beverly Hills: Sage Publications, 1979.

LEMKE, J. L. Resources for attitudinal meaning – Evaluative orientations in text semantics. *Functions of Language*, 5.1, 1998, p. 33-56.

LI, J. Transitivity and lexical cohesion: Press representations of a political disaster and its actors. *Journal of Pragmatics*, 42.12, 2010, p. 34-58.

LUKIN, A. What do texts do? The context-construing work of News. *Text & Talk*, 33.4, 2013, p. 523–551.

MACKEN-HORARIK, M.; MARTIN, J. R. Negotiating Heteroglossia: Social Perspectives on Evaluation. *Text*, 23.2, 2003.

_____. Envoi: Intractable issues in appraisal analysis? *Text*, 23.2, 2003, p. 313-319

MALINOWSKI, B. The problem of meaning in primitive languages. In; OGDEN, C. K.; RICHARDS, I. A. (org.) *The meaning of meaning*. Londres: Routledge, 1935.

MARCHETTI, G. N. Recursos argumentativos presentes em textos dos gêneros ensaio e artigo de opinião: uma abordagem sistêmico-funcional. 2015. 119 f. (Doutorado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - SP

MARCUSCHI, L. A. Gêneros Textuais: Definição e Funcionalidade: In DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.). *Gêneros Textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. *The Language of Evaluation: Appraisal in English*. Londres: Palgrave/Macmillan, 2005.

MARTIN, J.; ROSE, D. *Working with discourse: meaning beyond the clause*. Londres: Continuum, 2003.

_____. Beyond exchange: Appraisal systems in English. In: HUNSTON, S.; THOMPSON, G. (org.) *Evaluation in text: Authorial stance and the construction of discourse*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

_____. *The English Text – System and Structure*. Amsterdã: John Benjamins. 1992.

_____. *Factual Writing: Exploring and Challenging Social Reality*. Geelong: Deakin University Press, 1985.

_____. Language, register and genre. In: CHRISTIE F. (org.) *Language Studies: Children's Writing: Reader*. Geelong: Deakin University Press, 1984.

MATTHIESSEN, C. M. I. M. Theme as an enabling resource in ideational 'knowledge' construction. In: GHADESSY, M. *Thematic Development in English Texts*. Nova York: Pinter, 1995

MILLER, C. Genre as social action. *Quarterly Journal of Speech*, 70.1, 1984, p. 151-167.

MINSKY, M. L. Plain Talk About Neurodevelopmental Epistemology, Proceedings of the Fifth International Conference on Artificial Intelligence, MIT, Cambridge, MA.: 1977, p. 1083-92

_____. Framework for representing knowledge. In: WINSTON, P. H. (org.). *The psychology of computer vision*. Nova York: McGraw-Hill, 1975.

POGGI, I. The goals of persuasion. *Pragmatics & Cognition*, 13.2, 2005, p. 297-336.

PORTA, M. A. G. *A Filosofia a partir de seus problemas*. São Paulo: Loyola, 2002.

REYNOLDS, M. The blending of narrative and argument in the generic texture of newspaper editorials. *International Journal of Applied Linguistics*, 10.1, 2000, p.25-40.

_____. Texture and structure in genre. *New Perspectives*, 73.3, 1997, p. 686-697.

REYES, A. Strategies of Legitimization in Political Discourse: From Words to Actions. *Discourse & Society*, 22.6, 2011, p. 781-807.

SEMINO, E. *Language and world creation in poetry and other texts*. Londres: Longman. 1997.

TEODORO-SILVA, M. P. Interação e persuasão em artigo de opinião de Carlos Heitor Cony: um enfoque sistêmico-funcional. 2013, 60 f. (Mestrado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP

THOMPSON, G. *Introducing Systemic Functional Grammar*. Londres: Arnold Publishing, 2004.

_____. *Introducing Functional Grammar*. Londres: Arnold, 2004.

_____. Resonance in text. In: SANCHEZ-MACARRO, A.; CARTER, R. (org.). *Linguistic Choice Across Genres: Variation in spoken and Written English*. Filadélfia/Amsterdã: John Benjamins, 1998.

_____. *Studies in the theory of ideology*. Califórnia: Polite Press, 1984.

VAN DIJK. T. A. What is political discourse analysis? *Political linguistics*, v. 11, 1997, p. 11–52.

_____. Discourse as interaction in society. In: VAN DIJK, T.(org.) *Discourse as Social Interaction*. Londres: Sage, 1997.

_____. Principles of critical discourse analysis. *Discourse & Society*, 4.2, 1993, p. 249–283.

_____. *Discourse and Society*. Londres: Sage, 1993.

_____. *Texto y contexto*. Madri: Cátedra, 1988.

VAN LEEUWEN, T. *Discourse and practice: new tools for critical discourse analysis*. Nova York: Oxford University Press, 2008.

_____. *Global Media Discourse*. Londres: Routledge, 2007.

_____. Legitimation in discourse and communication. *Discourse & Communication*, 1.1, 2007, p. 91-112.

_____.; WODAK, R. Legitimizing immigration control. A discourse historical analysis. *Discourse Studies*, 1.1, 1999, p. 83-118.

_____. A representação dos actores sociais. In: PEDRO, E. R. (org.) *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1996.

VESTERGAARD, T. That's not News: Persuasive and Expository Genres in the Press. In: TROSBORG, Anna (org.) *Analysing Professional Genres*. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins, 2000.

VIEIRA, W. M. A representação da imprensa sobre o desastre com os aviões Legacy e Boeing: uma visão crítica sob a perspectiva da gramática sistêmico-funcional. 2015, 118 f. (Doutorado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP

VIGNER, G. Intertextualidade, norma e legibilidade. In: COSTE, D. et al. *O texto: Leitura e Escrita*. São Paulo: Pontes, 1988.

WERTH, P. *Text words; Representing Conceptual Space in Discourse*. Londres: Longman, 1999.

_____. *How to build a world (in a lot less than six days and using only what's in your head)*. Amsterdã: K. Green, 1995.

WHITE, P. R. R. Beyond modality and hedging: A dialogic view of the language of intersubjective stance. *Text*, 23.2, 2003, p. 259–284.